



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 746 - DE 17 A 30 DE AGOSTO DE 2025 - R\$ 5,00



As mais diversas frações da burguesia mundial e os Estados nacionais capitulam diante da guerra comercial desfechada por Trump

**Essa via agravará a crise mundial do capitalismo
e impulsionará as tendências bélicas**

**Dessas condições catastróficas, emergem o
programa da revolução social e a diretriz do
internacionalismo proletário**

A crise política no Brasil é alimentada pela intervenção dos Estados Unidos

**O governo Lula se revela incapaz de pôr em marcha
um movimento pela real soberania nacional**

**Está posta para as centrais, sindicatos e movimentos
a constituição da frente única anti-imperialista**

**36
anos**

**do Partido
Operário
Revolucionário**



**Fortalecer a construção
do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

O caminho traçado por Trump para manter a hegemonia dos Estados Unidos

Resposta proletária: edificar a frente única anti-imperialista

Em praticamente nove meses de governo, o republicano Trump provocou grandes tremores na economia mundial e nas relações entre países. Um exemplo flagrante foi o ataque, ainda em curso, contra o Brasil, que é um país visceralmente ligado e subordinado aos Estados Unidos. A imposição de tarifas de até 50% às exportações brasileiras vem provocando abalos internos, que se refletem na América Latina, principalmente.

A guerra comercial global se diferencia pela abrangência e pela magnitude das determinações protecionistas da burguesia norte-americana: “América em Primeiro Lugar”. As medidas internas de disciplinamento dos múltiplos interesses da classe capitalista e as externas de subordinação mundial dos países a esses interesses norte-americanos caracterizam a situação de desintegração do capitalismo, de emersão dos choques entre as fronteiras nacionais e de impulso das tendências bélicas.

Os Estados Unidos se utilizam de seu poderio econômico e militar alcançado após a Segunda Guerra Mundial para manter a sua hegemonia, que se tornou quase absoluta depois da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A crise de 2008 eclodiu precisamente nos Estados Unidos e expôs seu declínio como carro-chefe da economia mundial. Ao mesmo tempo, evidenciou o significado da elevação da China ao patamar de segunda potência econômica e a primeira em produção industrial. É nesse terreno que se armou e generalizou a guerra comercial.

A liquidação da URSS deixou ainda mais clara a necessidade do imperialismo de destruir as conquistas da revolução socialista de 1917, para penetrar e se apossar da gigantesca e pujante região da Eurásia. A manutenção da Rússia como potência regional se deparou com a ofensiva da burguesia norte-americana e europeia sobre as ex-repúblicas soviéticas. O fato da OTAN apertar o cerco à Rússia levou à guerra na Ucrânia. O que somente foi possível devido ao objetivo norte-americano de romper a capacidade da Rússia de manter ampla influência na Eurásia. Instalou-se uma crise na Europa sem precedentes depois dos acordos de Yalta e Potsdam, que puseram fim à Segunda Guerra e estabeleceram a nova divisão do mundo.

A escalada militar pareceu refrear após o fim da Guerra Fria, sem contudo desarmar a OTAN. Era questão de tempo para que a expansão da União Europeia, apoiada nos Estados Unidos, em direção às fronteiras russas, se tornasse um campo de conflito militar. A invasão militar da Rússia na Ucrânia foi uma resposta defensiva, que se deu nas condições de guerra comercial e de escalada bélica, impulsionadas pelos Estados Unidos.

A mudança de orientação estabelecida pelo governo Trump, de impor um acordo de “paz” por cima da Rússia e da Ucrânia, não corresponde a uma política mundial de arrefecimento da guerra comercial e da escalada bélica. Os Estados Unidos têm de concentrar em seu objetivo de enfraquecer e interromper a ascensão da China. Sua economia deve ser colocada a serviço do capital monopolista norte-americano, europeu e japonês. Essa é a maior dimensão da crise mundial do pós-guerra. Faz parte dela o genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza.

Trump deu continuidade à política de Biden para o Oriente Médio, embora o democrata usasse a intervenção militar de Israel em nome de se chegar a um Estado Palestino; o republicano, foi franco e direto, o território palestino deve ser inteiramente anexado por Israel. A operação de limpeza étnica entra na fase mais decisiva de ocupação total da Faixa de Gaza e ofensiva colonizadora na Cisjordânia. Ao mesmo tempo em que Trump se reúne com Putin para discutir um cessar-fogo na Ucrânia, alavanca a decisão de Netanyahu de levar o massacre dos palestinos às últimas consequências.

Observa-se que as frações burguesas internacionais, tanto das potências quanto das semicolônias, vêm assimilando os ataques dos Estados Unidos, em um movimento de capitulação geral. É o que atesta o acordo comercial da União Europeia e do Japão, em primeiro plano. A China é o único oponente que pode oferecer resistência às brutais exigências de Trump. A Rússia tem de decidir se vai aceitar as condições dos Estados Unidos, ou correr o risco de continuidade e intensificação da guerra na Ucrânia.

Nesse quadro, dois acontecimentos recentes chamam a atenção: a discussão de Trump com o governo libanês para “desarmar” o Hezbollah e o acordo de “paz entre Armênia e Azerbaijão”.

No primeiro caso, é um reflexo dos bombardeios ao Irã e da derrubada do governo nacionalista de Bashar al-Assad, na Síria, por um movimento pró-imperialista. O chamado eixo de resistência ao Estado sionista de Israel foi desmantelado. Essa vitória do imperialismo norte-americano isolou e neutralizou o Hezbollah, bem como fortaleceu a fração pró-imperialista que negocia o seu desarmamento.

No segundo caso, Trump obteve uma vitória contra o Irã e a Rússia, realizando um acordo entre o Azerbaijão e a Armênia. Empresas norte-americanas e com elas forças militares tomarão conta do corredor de Zangezur por 99 anos. O imperialismo norte-americano batizou esse corredor de “Rota Trump para a Paz e Prosperidade Internacional”. Essa rota é estratégica para o intervencionismo norte-americano no Cáucaso e na fronteira com o Irã.

O anúncio de que a Coreia do Sul está propensa a um acordo com o Japão para apagar as ações militares japonesas na Segunda Guerra Mundial, na realidade, trata-se de uma manobra arquitetada pelos Estados Unidos, que trabalham pelo isolamento da China na Ásia Oriental.

Evidentemente, a América Latina não poderia ficar à margem do intervencionismo norte-americano. Nos primeiros dias de seu governo, Trump ameaçou ocupar militarmente o Canal de Panamá e o Golfo do México para obstaculizar a presença comercial e econômica da China. O governo panamenho capitulou sob protestos da população.

O segundo passo foi o de bloquear a migração latino-americana e de deportar os imigrantes. O governo ultradireitista e obscurantista de El Salvador, Nayib Bukele, se dispôs a servir Trump em qualquer que fosse o serviço sujo. As prisões de Bukele são verdadeiros campos de concentração.

CONTINUA →

A mais recente decisão de Trump é a de enviar militares a países e regiões da América Latina em nome do combate ao narcotráfico. Os Estados Unidos inventaram a tipificação de terrorista para os cartéis de drogas, o que lhes daria o direito legal de intervir nos países signatários. Neste momento, Trump firma um acordo com o governo do Paraguai para a criação de um centro “antiterrorista”, controlado pelo Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos (FBI), na tríplice fronteira com a Argentina, Paraguai e o Brasil, com a justificativa de combater o “terrorismo” do Hezbollah e o crime organizado. O fato do Brasil não assinar a tipificação é motivo de ira de Trump contra o governo Lula. A movimentação de tropas no mar do sul do Caribe inicia esse processo intervencionista pelo imperialismo estadunidense.

Ainda é preciso saber qual será o resultado da reunião de Trump com Putin no Alasca. Qualquer que seja a decisão, será provisória e não deterá a guerra comercial e a escalada bélica. Os Estados Unidos estão em posição de ofensiva e vêm ganhando terreno. A própria China está na defensiva, esperando adiar o momento de choque aberto.

Os resultados das medidas de guerra comercial de Trump ainda não passam de previsões estatísticas. Mas, é bem provável que dificultarão ainda mais o já baixo crescimento da economia mundial e atingirão em várias magnitudes as economias nacionais. As contradições que solapam as bases da economia norte-americana não serão resolvidas com vitórias nos acordos tarifários e com algum passo positivo nas pretensões da reindustrialização.

A etapa posterior a essa movimentação internacional, de cunho nacionalista-imperialista-fascistizante, é de aumento das contradições na economia mundial e de intensificação da desintegração da ordem internacional. Nenhuma fração da burguesia e nenhuma organização como a do BRICS tem como encabeçar um movimento de reforma progressiva do capitalismo. O capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

As guerras e contrarrevoluções tomaram a dianteira desde a derrocada da URSS e o direcionamento da China para a restauração capitalista. Esse processo evidenciou que o capitalismo é irreformável e que empurra a humanidade para as catástrofes e à barbárie.

As massas têm protagonizado lutas incessantes, mas sem que o proletariado avançasse em sua organização e retomasse o caminho das revoluções. É preciso elevar essa compreensão ao nível dos acontecimentos históricos que impuseram retrocessos ao movimento comunista internacional. A questão de classe está na base da decomposição do capitalismo, que caminha no sentido de ceder lugar às grandes transformações, cujas experiências se realizaram com as revoluções proletárias.

No momento, o programa de defesa da vida dos explorados e das nações oprimidas se impõe. O combate ao imperialismo em geral toma forma particular no combate à dominação norte-americana. São muitas as frentes de luta contra a burguesia, seus governos e o imperialismo. Trata-se de dar unidade a elas por meio da frente única anti-imperialista, sob a orientação do internacionalismo proletário.

A crise política é alimentada pela intervenção dos Estados Unidos

Um sucesso de acontecimentos evidencia que a crise política no Brasil atingiu um dos pontos mais altos depois da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023: Trump taxa a exportação do país em 50%; pune o ministro Alexandre de Moraes com a Lei Magnitsky; enquadra o Brasil como violador dos “direitos humanos”; revoga o visto de Mozart Júlio Tabosa Sales, secretário de Atenção Especializada a Saúde do Ministério da Saúde; governadores da direita e ultradireita oposicionistas conspiram contra o governo Lula; Estados Unidos desmarcam a reunião com o ministro da Fazenda Fernando Haddad; deputado Eduardo Bolsonaro trabalha junto ao governo Trump contra o Brasil; bolsonaristas realizam manifestações em defesa da anistia; deputados se amotinam na Câmara Federal; prossegue o julgamento de Bolsonaro e seu grupo golpista; Lula lança o plano de governo para proteger os exportadores atingidos pelo tarifaço; empresas anunciam suas transferências para os Estados Unidos; trabalhadores estão sendo atacados pelos empregadores que alegam prejuízo. São acontecimentos de distintas naturezas econômicas, políticas e sociais, mas todos interligados em um ponto: a ofensiva do imperialismo norte-americano contra o Brasil.

Esses conflitos não se acirram ainda mais porque o crescimento econômico, mesmo que pequeno e em queda, e ainda a baixa taxa de desemprego em comparação com a que se elevou no período da pandemia favorecem a governabilidade. Lula se vangloria de o Brasil ter saído do Mapa da Fome. Mas, a crise social é estrutural. Crescem as favelas, aumenta o número de moradores de rua, o narcotráfico se expande por todo o país, consolida-se na Amazônia e continua a se valer da miséria que sacrifica milhões de jovens,

disseminam-se os transtornos e as doenças sociais. Os sistemas de saúde e de educação públicas não suportam o peso de tamanha desagregação social. A gigantesca dívida pública tende a crescer e a dilacerar a capacidade do Tesouro Nacional.

O governo Lula não conseguiu e não consegue exercer uma administração e governabilidade com um mínimo de independências diante das forças burguesas, que se tornam cada vez mais agressivas às diretrizes assistencialistas do petismo e dos aliados. Os choques entre o Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal cresceram e se projetaram sobre a governabilidade, potenciados pela guerra comercial de Trump e pelo intervencionismo na política brasileira.

O governo da frente ampla está despedaçado, golpeado no Congresso Nacional pelos próprios partidos da base aliada, que constituiu o governo eleito em outubro de 2022. Está em marcha a disputa eleitoral. O que implica um alinhamento da ultradireita e a da centro-direita que se valem por dentro e por fora do governo Lula para preparem sua substituição. Não é descabida a suspeita que Trump atua para quebrar o governo Lula, que para o imperialismo pode ser pela via eleitoral ou pela do golpe de Estado, como pretendeu Bolsonaro.

A oposição da ultradireita à centro-direita está se apoiando na ofensiva de Trump contra governabilidade de Lula. A diferença está em que os bolsonaristas agem diretamente em conluio com os Estados Unidos. Necessitam de forças externas para se sustentar como oposição interna. Mas, contraditoriamente a supertaxação norte-americana atinge precisamente a base da ultradireita, que é o agronegócio e sua rede de fazendeiros latifundiários. A esperança

de que o deputado Eduardo Bolsonaro pudesse ser um canal para os ouvidos de Trump se esvai, uma vez que as negociações em torno às exportações estão vinculadas à anistia e à anulação do processo que caminha para a condenação do ex-presidente.

O lugar da oposição de centro-direita é a de ajudar Lula a falsificar a bandeira de “soberania nacional”, com se estivesse sendo violada apenas pelo fato de Trump atacar o Supremo, um dos três poderes da República brasileira. A centro-direita que comanda o Centrão está em posição de embate com o STF, acusado de interferir no poder Legislativo, mas não pode assumir a causa de Bolsonaro e bolsonarista, quando o processo comprovou a existência de uma conspiração golpista, e menos ainda nas condições em que Trump procura influenciar diretamente nos poderes do País para reabilitar Bolsonaro.

A confluência da guerra comercial de Trump - que tem como centro de seus objetivos a China, e, como parte dessa confrontação, o Brics - com a intervenção política dos Estados Unidos por cima do Estado brasileiro, dificultou a união da direita e da centro-direita contra o governo Lula, que saiu em defesa do ministro Alexandre de Moraes, sob a bandeira de “soberania nacional” e condenação dos bolsonaristas como traidores da pátria. Os partidos de centro-direita, porém, passaram a ocupar na disputa pelo poder o lugar da ultradireita, que cometeu o desatino de negar a posse de Lula e conspirar para que não fosse empossado.

O cerco de Trump ao Brasil colocou o governo Lula ainda mais nas mãos das forças oligárquicas de centro-direita. Bolsonaro já não pode influenciar em nada a governabilidade, uma vez que a ultradireita baseia abertamente seu “nacionalismo” no poder externo dos Estados Unidos. O “nacionalismo” da oposição de centro-direita está fundado na linha histórica de colaborar com os Estados Unidos. E o “nacionalismo” da centro-esquerda governista se mostra impotente para contrariar as forças do agronegócio e dos setores da grande capital afins.

Lula não tem uma posição própria, condicionado que seu governo está pela furiosa ultradireita golpista e pela astuta oposição de centro-direita, que se apresenta como defensora da soberania limitada e afeita à subordinação histórica aos Estados Unidos. Está mais do que patente que os laços comerciais-econômicos contraídos com a China chegaram a um ponto que nenhum governo brasileiro pode renunciar em favor da guerra comercial desferida pelos Estados Unidos. Esse é o caminho traçado por Bolsonaro, ao qual sua base empresarial não tem como sustentar às últimas consequências.

As exportações para a China e o superávit da balança comercial em favor do Brasil colocam os Estados Unidos em posição difícil, já que são, de um lado, superavitários e, de outro, inferiores quanto ao volume e valor comercializados em commodities. As multinacionais e o capital financeiro dos Estados Unidos guardam uma relação de imenso poder no interior do Brasil. A China, de seu lado, necessita expandir seus capitais para o interior da economia brasileira, que implica a América Latina. É nesse terreno que se desenvolvem as posições dos partidos brasileiros no Congresso Nacional e marcam as oscilações na governabilidade de Lula. O fato de um fedelho como o deputado Eduardo Bolsonaro e de um mentecapto como o ex-presidente Bolsonaro continuarem a ser um fator de peso na crise política demonstram o quanto o Brasil continua na posição de uma semicolônia e o quanto decomposta se encontra a burguesia brasileira. No futuro próximo, o grande

capital procurará mudar o governo de maneira que possa melhor se ajustar às exigências do imperialismo norte-americano.

Os estertores da crise política, refletidos na ocupação do Congresso Nacional pelos bolsonaristas, estão condicionados ao curso da confrontação aberta por Trump ao Brasil. Lula segue a linha da classe capitalista de não se indispor com os Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, não abrir mão do mercado chinês. A esse jogo, se dá o nome de “pragmatismo”. Quanto à exigência de Trump de livrar Bolsonaro da condenação, não é possível, mas se pode vislumbrar uma anistia logo que Lula perder a presidência. As sanções contra autoridades brasileiras não pesam muito, ainda que mostrem a subserviência que marca a relação histórica do Brasil semicolonial com os Estados Unidos imperiais. O problema principal do momento está em como administrar os golpes traiçoeiros de Trump. É o que exigem as associações empresariais.

No dia 13 de agosto, Lula, Alckmin e Haddad apresentaram ao país seu “Plano Brasil Soberano” para enfrentar a taxaço. Anunciaram uma linha de crédito subsidiado de R\$ 30 bilhões, um fundo garantidor para pequenas e médias empresas, adiamento de pagamento de impostos, novas condições para o recebimento do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários, realização de compras governamentais, instauração de uma Câmara Nacional de Acompanhamento de Emprego e Contrapartida de manutenção de empregos.

O governo com esse gesto estaria mostrando aos Estados Unidos que o Brasil não estava recorrendo a nenhum tipo de contrapartida tarifária e retaliação. Lula fez questão de frisar que estava disposto a abrir negociação com os Estados Unidos desde o início do conflito e que Trump é quem se mantinha fechado a uma conversa. Estavam presentes na solenidade os presidentes do Senado e da Câmara Federal, David Alcolumbre e Hugo Motta, de forma a cancelar o projeto que apoia os exportadores e não afronta os Estados Unidos.

O “Plano Brasil Soberano” foi montado na medida mínima que os capitalistas exigiam do governo e

que as forças de centro-direita vinham protagonizando. É claro que Lula para atender às centrais sindicais governistas não poderia deixar de comparecer como defensor dos empregos e dos direitos trabalhistas, que, com a reforma da CLT, são mínimos.

O plano de Lula foi aplaudido comedidamente pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A avaliação é de que não resolverá o problema, que depende de negociações do governo federal, dos governadores e dos empresários com os Estados Unidos. Do ponto de vista político, há um acordo de que não se deve confrontar o governo Trump. A Lei da Reciprocidade foi aprovada como uma formalidade para preencher a vazia soberania nacional.

Tudo indica que a guerra comercial e a ingerência de Trump na política interna do Brasil são as provas mais duras que um governo petista enfrentou. Isso porque o Brasil semicolonial se encontra arrastado pelas ondas turbulentas da crise mundial, que vem opondo os Estados Unidos contra a China e Rússia, sobretudo.

O nacional-reformismo que se despontou no final da ditadura na década de 1980 se acha prostrado diante do grande capital e completamente incapacitado para responder aos brutais ataques do imperialismo norte-americano. As bravatas sobre a soberania nacional mal escondem a dependência do governo petista e dos

seus aliados de esquerda perante as frações capitalistas que estão pela capitulação do Brasil.

O “Plano Brasil Soberano” é um passo em direção à subserviência. Auxiliará passageiramente os exportadores e colocará os R\$ 30 bilhões na conta da dívida pública. Não protegerá os empregos.

É bom lembrar o que se passou com os trabalhadores no período da pandemia. Impuseram-se a flexibilização do trabalho e as demissões, bem como aliviaram-se os custos da crise para os capitalistas. Os sindicatos e as centrais sindicais se submeteram aos planos governamentais e ajudaram a burguesia a descarregar as consequências do terremoto econômico sobre a maioria explorada.

A classe operária tem o seu programa e sua linha política para responder ao cerco dos Estados Unidos, à guerra comercial e às tendências bélicas que dela emergem. Sem que o proletariado encarne a direção da maioria oprimida na luta anti-imperialista não tem como o Brasil se defender da decomposição mundial do capitalismo e proteger a vida das massas. Não há outra reposta programática aos ataques de Trump a não ser contra-atacando com o programa de expropriação do grande capital, estatização, nacionalização e controle operário da produção.

Os Estados Unidos são o país que mais tem filiais no Brasil, envia remessa de lucro bilionária às suas matrizes, especula com a dívida pública e se utiliza das inversões de capitais produtivos e especulativos. Ocorre que a burguesia brasileira, seu Estado e Forças Armadas são ampla e profundamente dependentes dessa estrutura econômica semicolonial.

Quando Lula refere-se aos 101 anos de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, e que agora Trump pretende romper, rompendo o “multilateralismo”, está reconhecendo a condição de semicolônia da Brasil. Comporta-se como um governo burguês impotente, pedindo por reciprocidade de conduta. Não pode tomar nenhuma medida mínima de defesa da soberania do país e das condições de existência dos trabalhadores, como, por exemplo, abrir a contabilidade das multinacionais norte-americanas e

apresentar à população brasileira o montante das remessas de lucro e o quanto vêm se beneficiando da ajuda do Estado. Bastaria um levantamento das vantagens que o setor automobilístico, controlado pelas potências, acumularam desde os anos de 1950, para se ter uma boa arma nas mãos para reagir contra a prepotência dos Estados Unidos. Lula chegou a mencionar a quebra de patentes farmacêuticas, mas logo engavetou, em nome do “pragmatismo” e da abertura de negociação entre “iguais”. Pura propaganda banal sobre a tal da “soberania nacional”.

As centrais que correram a Lula para pedir proteção aos trabalhadores, na realidade, pediam pelos capitalistas. Está posto um movimento contra as demissões, redução de salários e quebra de direitos. Está posta a luta geral pela redução da jornada sem redução dos salários, em busca do emprego a todos. São milhões de brasileiros desempregados e subempregados. Uma multidão de trabalhadores sobrevive com a informalidade e com salários de fome. Há um esmagamento da juventude oprimida, que vai se agravar ainda mais com a crise em curso. A luta pelos empregos e salários é a condição inicial para unir os explorados. Mas, esse ponto de partida tem de ser organizado desde as bases sob o programa operário de resposta à crise. E esse programa é o da revolução social, da luta pela derruba da burguesia submissa ao imperialismo e constituição de um governo operário e camponês.

O POR faz a campanha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, que unifique os explorados em torno a um programa próprio e que seja impulsionado pelos métodos da ação direta, sendo a greve geral uma de suas formas elevadas, e que, por isso mesmo, tem de ser preparada e encarnada pela maioria explorada. Cabe aos sindicatos convocar as assembleias para organizar uma resposta coletiva ao imperialismo, à convivência de setores da burguesia que se guia apenas por seus negócios particulares e à impotência do governo Lula em defender a soberania nacional. Que as centrais e sindicatos saiam da paralisia! Que rompam com o governo! Que se coloquem no campo da independência e da luta de classes! Que assumam a tarefa de pôr em pé a frente única anti-imperialista!

Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem a luta operária no terreno da independência de classe

As centrais sindicais apresentaram, no dia 13 de agosto, sua resposta diante das tarifas de Trump e do pacote de 30 bilhões de reais de Lula e Haddad de proteção aos setores atingidos pela brutal elevação das tarifas. Por meio de uma live, os presidentes das centrais e o ministro do Trabalho, o ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, discursaram em favor da soberania do Brasil e em apoio à Medida Provisória criada pelo governo Lula. Coube a Sérgio Nobre, presidente da CUT, fazer a defesa enfática de que Lula tem agido de forma “serena”, mas com “firmeza”.

O objetivo desses pronunciamentos era o de se comprometerem com o governo de que os sindicatos estarão alinhados e colaborarão com a execução das medidas, com o chamado “Plano Brasil Soberano”. O auxílio aos setores exportadores atingidos teria como contrapartida conter uma onda de demissão. Para os burocratas, isso evitaria modificar o curso de queda das taxas de desemprego, vitrine eleitoral usada por Lula e aliados.

Depois de denunciar o peso da elevação das tarifas, se nada foi feito para proteger os capitalistas, sobre os empregos, veio a solução: “cada setor, cada empresa afetada forme uma mesa de negociação séria, que não pode passar de 10 dias para a gente conversar e estabelecer as medidas”.

Somente por essa colocação, dá para entender que as mesas de

negociação, que já foram muitas, não têm nada de “sério”. Antes de pegar ajuda do governo, uma parte dos capitalistas já iniciou as demissões, férias coletivas. E também a experiência do que se passou na crise da pandemia, os capitalistas recebiam os subsídios e faziam os tais acordos de flexibilização do trabalho. Mesmo sabendo disso, com a cara mais deslavada, os dirigentes sindicais fazem o alerta aos capitalistas de que terão empréstimos a juros baixos, mas têm de preservar os empregos.

Os burocratas traidores, que abandonaram há muito as campanhas salariais, disseram que nesse segundo semestre, momento da data-base, as empresas podem se aproveitar para não atender a nenhuma das reivindicações. Daí vem o palavreado: fortalecer as campanhas salariais. Seguido da resposta: “mesas de negociações sérias”.

Por último, anunciaram que farão um encontro virtual das centrais sindicais do Brasil, México, Canadá, Estados Unidos e Europa, sem marcar data, para aprovar um documento conjunto de resposta às tarifas de Trump. E que o dia 7 de setembro será um dia de mobilização em defesa do Brasil.

O ministro do Trabalho aproveitou para pedir aos dirigentes das centrais que “olhem com muito carinho, estudem a realidade de cada empresa, de cada setor, para caprichar na negociação

coletiva, na manutenção do emprego”. Conclui, assim, com a mesma resposta, é hora da negociação.

Sem dúvida, é preciso fazer todo o empenho para que no dia 7 de setembro os trabalhadores ganhem as ruas, mas não para apoiar o “Plano Brasil Soberano”, que serve única e exclusivamente aos interesses dos capitalistas, em particular dos agroexportadores, ou para montar as mesas de enrolação. A bandeira do dia 7 de setembro deve ser: derrubar as tarifas e as ações políticas de Trump, expropriando e nacionalizando as indústrias e negócios

norte-americanos. Diante das consequências funestas que atingirão os assalariados, a bandeira é nenhuma demissão, ocupar a fábrica e estabelecer o controle operário da produção no caso de demissões. O 7 de setembro deve servir de ponto de partida para a organização de uma frente única anti-imperialista e convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios e manifestações. Que todos os sindicatos realizem assembleias para responder aos ataques do imperialismo, defender a soberania nacional e combater pelo programa próprio da classe operária.

Impactos dos Cortes de Financiamento dos Estado Unidos na Resposta Global ao HIV/Aids

A guerra comercial impulsionada desde os EUA visa a China como principal adversário, mas tem reflexos diretos no conjunto dos países de capitalismo atrasado. A interrupção do financiamento dos EUA à Organização Mundial da Saúde (OMS) e a programas globais de HIV/Aids, iniciada por Donald Trump, gerou impactos imediatos, especialmente em países semicoloniais. Estima-se que esse retrocesso possa causar até 6 milhões de mortes por Aids até 2029. Historicamente, houve recuo nas mortes causadas pela doença a partir de financiamentos internacionais, incluindo uma parte considerável vinda dos EUA. Os principais impactados por essa política são os grupos socialmente marginalizados, como pessoas vivendo com HIV, populações LGBT, população ligada à prostituição e usuários de drogas.

A resposta ao HIV foi sendo marginalizada a partir dos anos 2010, com avanço de parcerias público-privadas, o “filantropocapitalismo” (filantropia guiada por lógicas empresariais), avanço da extrema-direita em diversos países e a emergência de outras prioridades na saúde pública.

O retorno de Trump nos EUA reacendeu preocupações sobre o futuro da chamada “cooperação internacional em saúde”. A suspensão da ajuda americana, que correspondia a 73% da ajuda externa em HIV afetou drasticamente a África, levando ao fechamento de clínicas, demissões de profissionais da saúde e aumento das infecções diárias. Além disso, a crise da dívida compromete os sistemas de saúde. Em 2023, a África perdeu mais com juros e evasão fiscal do que recebeu em ajuda, o colapso dos serviços pode levar a 6 milhões de novas infecções e 4 milhões de mortes entre 2025 e 2029.

No Brasil, os impactos são particularmente severos, uma vez que os gastos com o parasitismo da dívida pública impõe restrições aos investimentos em políticas sociais. Durante o governo Bolsonaro, enfrentou o desmonte de políticas públicas voltadas ao HIV, refletindo um movimento global de redução da resposta institucional à epidemia. O governo Lula, expressando uma continuidade, seguiu a lógica de contenção de gastos sociais (Arcabouço fiscal). Dados do Ministério da Saúde indicam mais de 1 milhão de casos de Aids e quase 400 mil mortes no Brasil até 2022. Apesar disso, falta mapeamento atualizado das organizações atuantes.

No Programa de Transição da IV Internacional, Trotsky sintetizou a resposta da burguesia às oscilações da economia em geral na frase, “a burguesia retira com a mão direita o dobro do que deu com a esquerda”, o que mostra aos explorados que jamais podem confiar nas migalhas que caem das mesas fartas dos capitalistas. As oscilações do mercado, as crises cada vez mais agudas, os interesses corporativos etc., tudo isso leva aos cortes de antigos financiamentos e recursos dados em épocas anteriores às das crises.

A resposta independente, de classe, dos trabalhadores deve ser a organização da luta com seus métodos próprios e suas próprias reivindicações. O combate ao pagamento da dívida pública, a expropriação de toda a rede privada de saúde são tarefas imediatas na luta contra os ataques do governo nacional e do imperialismo às pessoas com HIV e outras enfermidades.

Ceará

Governo Elmano/PT reprime manifestantes da Saúde

No dia 13/08, a manifestação unificada dos trabalhadores da saúde que reunia os sindicatos do setor e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) foi duramente reprimida pelo PM do governo Elmano de Freitas. Quase 2 mil ACS de várias cidades do Ceará e servidores da saúde marcharam até o Palácio da Abolição, exigindo do governador o cumprimento da promessa de pagamento do vale-alimentação e implantação da Gratificação de Incentivo e Desempenho (GID). A comissão de ACS não foi recebida pelo governo, e os trabalhadores acabaram covardemente atacados pela polícia com spray de pimenta, e a imobilização do presidente do Sindisaude, José Quintino, que foi derrubado, rendido e pisoteado pela guarda do governador.

Não é a primeira vez que o governo petista de Elmano de Freitas age com truculência sobre os explorados. Em abril de 2024, o Batalhão de Choque foi lançado contra um piquete dos funcionários do Detran, em greve, nas imediações da Arena Castelão. Neste mesmo período, a PM foi acionada para barrar ônibus estudantis e o carro de som dos docentes em greve na UECE. Na ocasião, Elmano recorreu à justiça para obter a ilegalidade tanto das greves do Detran, quanto da dos docentes das universidades estaduais (UECE, UVA e URCA).

É preciso que as entidades sindicais se solidarizem com os servidores reprimidos e exijam do governador que receba a

comissão da categoria para negociar, e atenda imediatamente as reivindicações apresentadas. O POR denuncia o silêncio cúmplice da burocracia da CUT que não publicou nenhuma nota de apoio, mostrando claramente seu compromisso em blindar o governo a qualquer custo.

Há muito temos dito que o governo Elmano Freitas/PT é um governo burguês como qualquer outro. As cenas de repressão no Palácio da Abolição lembram os truculentos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Temos igualmente denunciado a participação do PSOL no governo, que de maneira informal, ocupa a Secretaria da Juventude (Adelina Monteiro) e IDACE (João Alfredo), e aparece como um visível sustentáculo político de Elmano.

O POR se solidariza com os ACS e servidores reprimidos e chama os trabalhadores a lutarem contra o governo burguês de Elmano com a bandeira de oposição revolucionária.



Prefeito de São Bernardo do Campo é afastado por corrupção e quem assume o cargo é a policial Jéssica Cormick

Em defesa de um Tribunal Popular para apurar e julgar os crimes dos políticos da burguesia

A Polícia Federal deflagrou em 14 de agosto a Operação Estafeta para apurar um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP). Foram expedidos mandados de busca, dois pedidos de prisão preventiva e quebra de sigilo bancário e fiscal, com alvos no Prefeito Marcelo Lima (Podemos), no Presidente da Câmara Municipal Danilo Lima (Podemos) e no suplente Ary José de Oliveira (PRTB). Foram encontrados indícios de propinas em contratos das áreas de obras, saúde e manutenção. A investigação começou quando agentes da Polícia Federal encontraram cerca de 14 milhões de reais em espécie na casa de um funcionário apontado como operador financeiro do prefeito. A Justiça determinou o afastamento de Marcelo Lima por um ano e o uso de tornozeleira eletrônica, além de proibi-lo de sair da cidade sem autorização judicial.

Com o afastamento de Marcelo Lima, a prefeitura foi assumida pela Vice-Prefeita Jéssica Cormick (Avante). Cormick, é sargento da Polícia Militar de São Paulo desde 2005 e este é seu primeiro cargo eletivo. Ela já anunciou medidas como a entrega de 25 novas carabinas calibre .40 e 350 câmeras de monitoramento à Guarda Municipal para “ampliar a vigilância em toda a cidade”. Sua prioridade, como vimos, é o fortalecimento da PM e da Guarda Municipal, portanto da repressão.

A presença de uma policial militar no comando do município representa a militarização da prefeitura e indica aumento dos gastos com o aparato repressivo da burguesia, em vez de serviços sociais. Se a prefeita interina anuncia armamento e câmeras, fica claro que o foco de sua gestão será a repressão, não o atendimento às necessidades populares. A política da PM à frente do executivo local significa armar ainda mais a Guarda Municipal e impulsionar ações policiais, sobretudo contra as periferias e favelas, onde se concentra a maior parte dos explorados. Em outras palavras, o que os jornais chamam de “segurança” evidencia um claro investimento dos recursos públicos em controle policial, o que só acentua a repressão às massas.

Muitos moradores celebram medidas como a reabertura do Hospital de Urgência de São Bernardo como um grande feito

de gestão. Reportagens locais lembram que o prefeito afastado Marcelo Lima cumpriu promessa de campanha e reabriu o pronto-socorro 24 horas do HU poucas horas após ser empossado, mas o POR alerta que essa reação é ilusória: era obrigação de qualquer prefeito manter o hospital funcionando para emergências, não um “bônus” em seu mandato. Passar o hospital para atendimento 24h foi dever básico da prefeitura, e não um ato de “grande governança”. Assim, quem se impressiona só com isso acaba ficando iludido, afinal, serviços essenciais não mudam a realidade de fundo, corrupção sistêmica e repressão policial continuam.

Combate às ilusões eleitorais

Como o Partido Operário Revolucionário sempre alerta, eleições burguesas não resolvem os problemas fundamentais. Em vez de depositar esperanças nas urnas, o POR convoca os explorados a defender suas reivindicações com os métodos próprios dos trabalhadores. Devemos confiar em nossas próprias forças, não é nas eleições. Enquanto o sistema capitalista continuar, trocar o prefeito ou o partido no gerenciamento de turno do Estado-burguês não mudará nada de essencial. O histórico político do Grande ABC – berço do novo sindicalismo dos anos 1970 e 1980, palco de grandes greves metalúrgicas, da criação da CUT e do Partido dos Trabalhadores, que é um partido burguês que trabalha para os interesses da burguesia, mostra que a única mudança real vem da luta direta dos trabalhadores com independência de classe. Cabe os sindicatos e movimentos convocarem um Tribunal Popular, para responder à crise política no município de São Bernardo.

Pontos programáticos do POR diante dessa situação

Rejeitar falsas saídas eleitorais: o povo, que constitui a maioria oprimida, não transformará sua vida mudando de prefeito ou enchendo urnas de votos. Só a mobilização organizada dos trabalhadores derruba as quadrilhas burguesas que se valem do

Estado para montar os esquemas de corrupção. As denúncias e a apuração dos crimes do prefeito de São Bernardo só serão apurados e julgados por meio de um Tribunal Popular e não pelas instituições do Estado burguês.

Unidade operária e greves no ABC: a região do ABC foi palco de grandes revoltas e precisa retomar essa tradição. É preciso convocar assembleias nas fábricas e bairros para unir os explorados em torno de um programa próprio de reivindicações e responder aos ataques às suas condições de vida com os métodos da luta de classes, ou seja, da ação direta. É por essa via que a classe operária e os demais trabalhadores recuperarão a rica experiência dos combates grevista de 1979 e 1980, quando ainda estava em vigência a ditadura militar.

Denunciar e isolar o papel da polícia: Não podemos confiar na polícia, seja civil, militar ou federal. Ela existe para proteger a burguesia, não o povo. A nova prefeita, como sargento da PM, já sinaliza que vai usar policiais como “cães de guarda” armados do Estado. As armas e câmeras que compram não nos protegem, mas servem para intimidar as massas exploradas. Reafirmamos que somos contra qualquer polícia e chamamos a população explorada a não colaborar com operações repressivas.

Construir o Partido Operário Revolucionário e a frente única anti-imperialista: nenhum governo municipal ou reforma superficial acabará com a corrupção e a opressão. Só um movimento revolucionário dos trabalhadores pode cumprir esse objetivo. Devemos avançar na formação de um partido operário revolucionário, aliado à frente única anti-imperialista, que defenda um programa claro: nacionalização sob controle dos trabalhadores, expropriação dos corruptos, confisco das fortunas, salário-mínimo vital, educação e saúde públicas gratuitas, autodefesa do povo pobre contra a polícia e o Exército, e sabotagem das imposições do capital estrangeiro.

Em resumo, apoiamos apenas a luta de classes. O episódio de São Bernardo só reforça a política do POR: o verdadeiro inimigo é o regime capitalista e seus aparelhos (polícia, juízes, parlamentares), e não simplesmente os “gestores” de turno. Portanto, conclamamos as massas exploradas de São Bernardo do Campo e do ABC a se organizarem independentemente dos políticos. Só assim poderemos combater a corrupção sistêmica, acabando com a opressão policial e implantando de fato um governo operário e camponês, por meio da revolução social.

 **NOSSA CLASSE**
*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Julho/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | [@massas.por](https://twitter.com/massas.por)



Pernambuco

Metroviários aprovam greve de 24h e convocam ato em visita de Lula no Recife

No dia 13 de agosto, o Sindmetro realizou uma Assembleia Extraordinária para discutir a luta contra a privatização do metrô. A mobilização da categoria ainda está muito aquém do que é necessário para impedir os planos de Lula. Isso se dá, principalmente, pela política da direção sindical (PCdoB) de desviar a luta para o terreno institucional, para as negociações do Acordo Coletivo Especial e de alimentar ilusões no governo Lula.

Antes das falas iniciais, os trabalhadores relataram seu descontentamento e desilusão com o governo Lula-Alckmin, afirmando que o presidente havia prometido interromper as conversas sobre a privatização dos serviços de Recife. E, como se vê, não é o que está acontecendo. Desde a posse, o governo tem acelerado essa tarefa. Outra preocupação da categoria é a respeito do Acordo Coletivo Especial, assinado em novembro de 2024. O Sindmetro diz estar dialogando para a construção de um novo acordo, reafirmando que se trata de um instrumento. Mas devemos lembrar que o ACE não é garantia absoluta de nada. Dia 31 de julho, ocorreram demissões em massa na Copergás e, tal como os metroviários, os petroleiros também estavam “protegidos” por um acordo.

Na Assembleia, cerca de 150 metroviários compareceram e, além da base do Sindmetro, militantes do PSTU, MRT, UP, Revolução Socialista, CTB, Conlutas, lideranças do PSOL, PCdoB e UNE (UEP) foram apoiar os trabalhadores. Movimentos sociais como o Sindicato dos Urbanitários, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, e Federação Nacional dos Metroferroviários (Fenametro) não apenas apoiaram a Assembleia, como também manifestaram vontade de unificar a luta.

A motivação da assembleia foi o anúncio da visita do presidente Lula a Recife. A direção do sindicato propôs uma greve de 24 horas, começando às 22h do dia 13. Outros setores defenderam que a paralisação se estendesse até o fim da agenda de Lula em Pernambuco, por mais dias. Sob pressão do presidente do sindicato, que encaminhou a votação enquanto apelava “confiem na gente, no sindicato que nunca saiu da luta”, foi aprovada a paralisação de um dia. Foi planejado o ato no dia seguinte, com concentração em Brasília Teimosa, onde Lula estará anunciando “investimentos em periferias”. Que a categoria retome a confiança e mobilização e construa desde já uma forte greve em defesa do metrô público e dos empregos!

O POR atuou com a distribuição do Boletim Nossa Classe e fala, da qual publicamos alguns trechos: “É muito importante a convocação da assembleia dos metroviários, que ela fortaleça a construção de uma greve ativa e mobilizada. Também é muito importante a constituição da frente pernambucana contra as privatizações, porque nós temos de juntar todas as forças contra a política privatista, e que a frente contra as privatizações esteja aberta a todos que queiram contribuir com a luta.” Foi destacada também a necessidade de as centrais e sindicatos erguerem uma frente única anti-imperialista. O militante demonstrou que com a privatização, as tarifas aos usuários sobem, na SUPERVIA privatizada do Rio de Janeiro é de mais de R\$ 7,00 e fez o chamado aos trabalhadores confiarem em suas próprias forças e métodos de luta.

Ato contra a privatização do Metrô e da Compesa no Recife

No dia 06 de agosto, foi feito um ato contra as privatizações em Pernambuco, com concentração em frente à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) e marcha em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estadual. Inicialmente puxado e coordenado pelo sindicato dos trabalhadores da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), o SINDURB-PE, para denunciar a ameaça de privatização pela governadora Raquel Lyra, o ato teve a adesão do SINDMETRO-PE e cobrou do governo Lula que cumpra sua promessa de não privatizar o Metrô.

Foi formada uma Frente Pernambucana contra as privatizações, porém este espaço não tem sido convocado de forma aberta a todos os que querem lutar contra as privatizações. É urgente que esta frente seja expressão da democracia operária e que se crie um calendário de lutas contra as privatizações em Pernambuco.

O ato não foi massificado, as direções sindicais mobilizaram só uma fração dos trabalhadores das empresas ameaçadas pela privatização, houve baixíssima adesão de outros sindicatos e centrais. A Unidade Popular (UP) compareceu com integrantes do MLB, oriundos das ocupações por moradia, juntamente com algumas lideranças da Correnteza, UJR e outras frentes, fazendo assim o maior bloco do ato. O PCBR compareceu por meio do caudilho digital Jones Manoel, mas não mobilizou seus militantes estudantis. Duas vereadoras do PT participaram do ato denunciando principalmente a privatização encabeçada pela governadora e manifestando a defesa do metrô público, porém, não houve mobilização das bases petistas nos sindicatos, movimentos sociais e estudantis para ganhar as ruas. Essas correntes aparelhistas participaram no momento das privatizações, sem condenar a política de conciliação de classes da burocracia sindical.

O POR interveio com a distribuição do Boletim Nossa Classe que trazia as seguintes notas: "Abaixo a privatização do Metrô e da Compesa! Somente a organização independente dos trabalhadores, com seus métodos próprios de luta, pode impedir os planos privatistas de Lula e Raquel Lyra!". "A luta contra a privatização é parte da luta anti-imperialista" e a denúncia das demissões na Copergás e do genocídio do povo palestino.

Pronunciamento do POR no ato

Bom dia, companheiros e companheiras, eu faço uma saudação em nome do Partido Operário Revolucionário e vamos começar puxando uma palavra de ordem que é a seguinte. "A nossa luta unificou! Defesa da COMPESA, defesa do Metrô!" É muito importante a constituição da Frente Pernambucana contra as privatizações, porque nós temos de juntar todas as forças contra a política privatista. Os ataques vêm de todos os lados, vêm do imperialismo, não só do Trump com as suas tarifas. Mas a gente sabe que a privatização, o desfinanciamento dos serviços públicos, da educação pública, da saúde, do saneamento, do metrô é para pagar a dívida pública, é para pagar dinheiro para os capitalistas, para os banqueiros. Então a luta contra as privatizações é uma luta anti-imperialista. É

uma luta que é parte da necessidade das centrais e sindicatos erguerem uma frente única anti-imperialista.

E aqui em Pernambuco a unidade é fundamental. Porque de um lado nós temos a ameaça da privatização da COMPESA que está na mira de Raquel Lyra e da maior parte das prefeituras. A conversa é antiga, dizem que vai melhorar, dizem que vai baixar a tarifa, dizem que vai ampliar a cobertura do saneamento e abastecimento e a gente já tem experiência para saber que a tarifa sobe. A tarifa social da COMPESA Pública é de R\$ 9,00. A tarifa social da CEDAE privatizada é de mais de R\$ 60,00. A comparação é clara, a privatização só favorece os capitalistas e entrega o patrimônio público para esse capital estrangeiro.

E nós não podemos também deixar de lutar contra a privatização do metrô. E infelizmente, Lula dá continuidade à política privatista de FHC, Temer e Bolsonaro. Os metroviários já fizeram greve para tirar o metrô do Plano Nacional de Desestatização, mas Lula manteve e quem abrir a página do BNDES vai ver lá o cronograma do leilão da privatização. Por isso, só podemos confiar na força dos trabalhadores. Por isso, não podemos confiar em promessa eleitoral, em discurso de politiquês. A confiança é na nossa própria organização, nas greves, na ação direta, nos piquetes e ocupações.

É importante mencionar a nossa solidariedade aos companheiros da COPERGÁS que foram demitidos. É hora de organizar também a luta pela readmissão desses trabalhadores e contra a reforma administrativa que ameaça todo servidor público de demissão. Então essa é a nossa luta em defesa da unidade dos trabalhadores com seus métodos de ação direta. Conectar a luta contra a privatização com a luta anti-imperialista.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:**

**CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE
CONTRA AS DEMISSÕES E OS
ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO
CAPITALISTA DO TRABALHO**



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO
2023



NOSSA CLASSE
Para informar: trabalhadores dos trabalhadores
do conjunto de serviços públicos



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO
SITE E REDES SOCIAIS
ATRAVÉS DO QR CODE



São Paulo- ABC

Sindicato dos Químicos do ABC exalta salário de fome

A nota publicada, no início de agosto, pelo Sindicato dos Químicos do ABC afirma que “o trabalhador de classe média passa a ser maioria”. Trata-se de um exemplo claro de tentativa de mostrar que os operários químicos fazem parte da classe média. É vergonhoso que um sindicato operário tente mascarar a realidade material do trabalhador com rótulos que servem à ideologia dominante burguesa.

Chamar de “classe média” quem trabalha na produção e vive com salários inferiores ao necessário para a reprodução digna da vida, é um insulto. Segundo o DIEESE, o salário mínimo vital em julho de 2025 deveria ser de R\$ 7.528,58 para garantir moradia, alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência a uma família de quatro pessoas. O salário médio de R\$ 3.400,00 do operário químico é considerado pelo presidente dos Químicos do ABC como um salário de “classe média”.

Esse tipo de classificação serve apenas para promover o divisionismo, esvaziar a consciência política e enfraquecer a organi-

zação coletiva. Enquanto tentam convencer os operários de que “subiram de classe”, seguem intactas as mesmas relações de exploração que definem a condição operária: vender a força de trabalho para sobreviver, gerar lucro para poucos e depender de salários insuficientes para manter a vida.

O artigo do burocrata diz ainda que o sindicato contribui para a transição de classe ao negociar salários e benefícios em suas convenções coletivas. No entanto, lembramos que o próprio Sindicato dos Químicos do ABC negociou a redução do intervalo digno para refeições em troca da folga aos sábados. Ao invés de organizar a luta por redução de jornada sem redução salarial e por um salário mínimo vital, a burocracia sindical perpetua a exploração e propaga a ideia hipócrita de “mudança de classe”.

É preciso rejeitar essa narrativa da burocracia do sindicato. É afirmar que a classe operária detém a força de transformação social, e vive de seu próprio trabalho, diferentemente da burguesia e dos patrões que se mantêm com a exploração dos trabalhadores.

São Paulo- ABC

Reitoria apoia polícia à paisana dentro do campus e persegue movimento estudantil

Sob o pretexto de apurar uma ação política antiproibicionista no campus Santo André da UFABC, que consistiu na distribuição de doces e material informativo sobre redução de danos, como parte da convocação da Marcha da Maconha de Santo André, a Reitoria deu aval à presença de policiais à paisana na universidade e abriu processo administrativo disciplinar contra três estudantes militantes do Coletivo Juntos!

As forças de segurança foram acionadas, mobilizando até a Polícia Federal. A Reitoria articulou a presença de policiais à paisana/

infiltrados no campus junto ao Centro de Operações Integradas das Polícias Militar e Civil (COI), que organizou uma operação com a alta cúpula da repressão, deixando um efetivo da ROTA, BAEP, GOE e GCM de prontidão para intervir no campus. Essa desproporção demonstra não apenas a criminalização do movimento estudantil, mas a quebra da autonomia universitária, lembrando os métodos da Ditadura Militar.

Este acontecimento expõe de forma cristalina o papel repressivo que a Reitoria, em aliança com o aparato policial do Estado burguês, cumpre contra a juventude oprimida. Desde março, a Reitoria vem promovendo a intensificação do policiamento na UFABC sob o pretexto de “medida de segurança”. Essa presença ostensiva de forças policiais, longe de gerar tranquilidade, tem provocado insegurança em muitos estudantes, especialmente entre os jovens negros e periféricos, que historicamente são alvos preferenciais da violência policial.

Essa medida ignora a trajetória das lutas estudantis no Brasil, marcadas pelo enfrentamento à presença da PM nas universidades e escolas justamente por entender que o aparato repressivo do Estado não garante segurança, mas sim intimidação, repressão e vigilância sobre os estudantes e trabalhadores.

Enquanto isso, a comunidade segue exposta a assaltos, invasões armadas e ameaças à vida. Fica evidente que a preocupação da Reitoria e do Estado não é proteger estudantes e trabalhadores, mas sufocar politicamente quem levanta as críticas à política burguesa de guerra às drogas — instrumento central de encarceramento em massa e matança da juventude preta e periférica.

A CPE/POR repudia a perseguição política aos estudantes e exige o imediato arquivamento do processo disciplinar. Defender esses companheiros é defender o direito de organização e manifestação da classe operária e de sua juventude. Toda solidariedade aos estudantes!



Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alekmin: percurso da luta na UFABC



Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
O JORNAL DA REVOLUÇÃO E DA LUTA PROLETÁRIA

Eleição para a Gestão do CABCH: Declaração de apoio crítico à Chapa I - Navalha

As eleições para a Gestão do Centro Acadêmico do Bacharelado em Ciências e Humanidades (CABCH) no próximo ano (2025-2026) estão ocorrendo nos dias 13 e 14 de agosto de 2025. A disputa eleitoral se dá entre duas chapas: a Chapa 1 - “Navalha”, da situação, integrada pela Faísca/MRT, e a Chapa 2 - “Helenira Preta”, da oposição, integrada pelo Correnteza/UJR-UP.

Em 2024, a disputa eleitoral também ocorreu entre essas duas correntes estudantis. Com uma vitória apertada, 146 votos contra 145, a Faísca assumiu, pela primeira vez, a gestão de uma entidade estudantil na UFABC. O que permitiu a experiência dos estudantes da UFABC e, particularmente, do BCH, com a Faísca na gestão. Nessa gestão, o CABCH voltou a ser atuante. Foram retomadas ações de integração estudantil e de apoio às lutas, tanto na universidade como fora dela. Também houve ações como a criação da Secretaria de Combate às Opressões, de assembleias não-presenciais e do Comitê de estudantes em apoio aos trabalhadores terceirizados. Contudo, demandas específicas dos estudantes do BCH e propostas apresentadas pela própria chapa eleita seguiram negligenciadas - como a proporcionalidade na composição da direção.

Apesar de críticas à gestão, não se organizou uma oposição no CABCH. Agora, o Correnteza ressurgiu com uma chapa que se inspira em “conquistas” institucionais por parte da Diretoria do DCE. Reivindicam a cantina contratada pela Reitoria, que qualificam de “popular”, como conquista do movimento estudantil. Um artifício típico das juventudes estalinistas que comemoram ações que não resultaram das lutas como “vitória dos estudantes”. Na prática, quando era decisivo organizar a resistência estudantil contra o despejo da cantina e da copiadora que funcionavam no DCE, buscando uma vitória defensiva contra o ataque da Reitoria à independência política e financeira do DCE, o Correnteza se mostrou incapaz. Já no ano passado, boicotou a greve dos estudantes da UFABC, mesmo diante da greve dos docentes e técnicos.

A retomada de um CABCH ativo e de luta foi positiva e deve ser aprofundada. Embora tenhamos divergências político-programáticas com ambas as chapas, há uma diferença fundamental entre elas ligada à concepção de movimento estudantil. Nestas eleições, somente a Chapa 1 reivindica a independência da reitoria e dos governos. A Chapa 2 defende um “movimento estudantil” burocrático, como faz na condução do DCE, por isso sua eventual vitória seria regressiva. Nessa direção, declaramos nosso apoio crítico à Chapa 1, da juventude Faísca.

Nosso apoio é crítico em função de inúmeras divergências com a Faísca, das quais destacamos:

I) o distanciamento de pautas específicas dos estudantes do BCH, como a luta pelo reconhecimento do BCH como um curso em si; II) a realização de assembleias não-presenciais, inclusive sem previsão estatutária, atomizando as massas estudantis e descharacterizando a democracia operária, fundada na ação direta coletiva; III) o apoio ao PGD/Teletrabalho, que precariza os serviços públicos, inclusive o atendimento e o funcionamento da UFABC, como demonstrou o fechamento da Enfermaria e da Psicossocial; IV) a defesa da ampliação das cotas e da criação do vestibular indígena, que mantém excluída a maioria oprimida, supostamente “rumo ao fim do vestibular” sem demonstrar como uma política que pressupõe o filtro social levará ao seu fim; V) o divisionismo/cisão de atos (por exemplo do Dia dos Estudantes e do Dia do Trabalhador) e de organizações de massas (CSP-Conlutas e ANEL), conforme as práticas do morenismo; VI) a crítica inconsequente ao Correnteza por fazer campanha para a chapa Lula/Alckmin, sendo que a Faísca não defendeu o voto nulo, nem boicote;

Chamamos os estudantes a votarem criticamente na Chapa 1 - Navalha, e a construírem uma fração revolucionária no movimento estudantil.

Balanço da Eleição para a Gestão do CABCH: vitória da Chapa 2 é regressão política

Na eleição para a Gestão do CABCH (2025-2026), a Chapa 2 - Helenira Preta (Correnteza/UJR-UP), da “oposição”, recebeu 165 votos (59,57%), e a Chapa 1 - Navalha (Faísca/MRT), da situação, 112 votos (40,43%). Na eleição anterior, houve 291 votos válidos e a diferença entre as duas chapas, compostas pelas mesmas correntes políticas, foi de um único voto. Nessa eleição, houve 277 votos válidos, sendo 53 votos de diferença em favor do Correnteza. Esse balanço visa discutir o significado da vitória da chapa estalinista a fim de constituir uma direção classista e revolucionária no movimento estudantil.

O Bacharelado em Ciências e Humanidades (BCH) é o segundo maior curso da UFABC, com cerca de 2.500 alunos, e um dos atuais quatro cursos de ingresso na graduação da UFABC, instituição criada no contexto da política de expansão precarizada das Universidades Federais do Governo Lula. Essa contextualização é importante para compreender características que interferem na organização política dos estudantes do BCH.

O Centro Acadêmico do BCH (CABCH) foi fundado no final de 2016 para lutar, dentre outras pautas, pelo reconhecimento do BCH como um curso em si, isto é, como um curso de graduação, em contraposição ao seu reconhecimento como um ciclo básico.

Essa bandeira erguida na origem do CABCH foi esquecida. O próprio CABCH chegou a ficar inativo, sem gestão ou com gestões fantasmas. Voltou a ser atuante somente em 2024, após a eleição que deu vitória à chapa “Para ouvir os pássaros”, da juventude Faísca, MRT que é uma corrente centrista e revisionista do trotskismo.

A gestão do MRT reativou o CABCH e procurou colocar os estudantes diante das lutas dos explorados. Mas, se mostrou incapaz de organizar a juventude sob um programa proletário para a educação. Em grande medida, atuou como se fosse uma entidade geral, como o DA Sigma ou o DCE, de maneira que reivindicações específicas dos estudantes do BCH seguiram negligenciadas. Dentre as críticas da Corrente Proletária (POR), destacamos a substituição das assembleias presenciais pelas virtuais e híbridas, que deformaram a democracia estudantil. O MRT se negou a convocar uma assembleia estatutária para discutir a proporcionalidade, que era uma das propostas da chapa eleita em 2024. O fato de menos estudantes participarem das eleições de 2025 e menos estudantes votarem na chapa do MRT, em comparação com as eleições de 2024, expõe o fracasso da política pequeno-burguesa dessa corrente.

Nessas eleições, a Corrente Proletária apoiou criticamente a chapa da Faísca-MRT, apontando a necessidade de aprofundar a retomada de um CABCH de luta, vinculado à organização independente dos estudantes do BCH, em oposição à reitoria e aos governos burgueses, e indicando que uma eventual vitória do Correnteza seria regressiva devido a sua política burocrática de tradição estalinista. Nota-se que, em 2024, foi importante a derrota da Correnteza nas eleições do CABCH e do DA Sigma.

Agora, a chapa Correnteza/UJR-UP volta à direção em uma disputa puramente aparelhista. Após as eleições, o Correnteza amplia seu controle das entidades estudantis. Apesar de ser a maior corrente estudantil da UFABC, e de dirigir o DCE e o CABCT, esse grupo historicamente possui menor influência política no campus São Bernardo do Campo. Neste momento de agudização da crise da educação, nacional e internacional, atuará para controlar o movimento estudantil, impedindo que entre em choque com a reitoria e com os governos burgueses. Sua vitória está ligada ao atraso do

movimento estudantil atual, caracterizado pelo refluxo de grandes lutas, pela ausência de assembleias democráticas e soberanas, e pelo predomínio de direções estalinistas e reformistas nas universidades.

O balanço crítico das eleições evidencia a necessidade do fortalecimento da Corrente Proletária na Educação/POR. As condições da atual crise favorecem a confluência do programa proletário para a educação com as necessidades das massas estudantis. Está posta a luta pelo acesso universal dos jovens às universidades, o que implica a constituição de um sistema único público da educação, sob o controle de quem estuda e trabalha. Imediatamente, é preciso lutar contra a degeneração do caráter público e gratuito da educação, o que beneficia o sistema educacional privado. Experiência como essa das eleições em que vence uma chapa identificada com o estalinismo põe às claras a dura tarefa de construir as direções revolucionárias no seio da juventude oprimida.

Fundos patrimoniais enfraquecem autonomia universitária e ampliam subfinanciamento estatal

Na divulgação do Seminário “Fundos Patrimoniais e Perspectivas para a UFABC”, a Reitoria afirma que o evento “propõe um espaço de diálogo sobre o papel dos fundos patrimoniais no fortalecimento da autonomia universitária e na viabilização de aportes complementares de recursos para instituições públicas de ensino superior”. Sugere, assim, um suposto fortalecimento da autonomia universitária diante da condição suplementar dos fundos patrimoniais.

A CPE/POR discorda desta assertiva. A autonomia universitária é indissociável do financiamento do orçamento pelo Estado e da democracia universitária. A criação de outras fontes de financiamento da universidade, que não o fundo público, se choca com a necessidade da autonomia universitária. É um mecanismo de desresponsabilização do Estado no financiamento da educação pública, que serve a interesses privados, corporativistas, e empresariais.

O caráter “complementar” dessas fontes de arrecadação e financiamento é temporário, mas logo virá norma. É exemplar o caso da cobrança de mensalidade no Centro Universitário Fundação Santo André, que começou com um valor irrisório e chegou ao ponto de fechar cursos com a alegação de que as mensalidades da turma não sustentavam o funcionamento do curso, infringindo a concepção de centro universitário.

Os fundos patrimoniais, cuja primeira regulamentação nacional se deu pela MP 851/2018 do governo golpista de Temer, que impôs o teto de gastos sociais (PEC do Fim do Mundo), é mais

um mecanismo dos governos burgueses e burocracias acadêmicas para aprofundar o subfinanciamento público do orçamento da educação e submeter o sistema público universitário à política privatista. Trata-se, inclusive, de uma das medidas da contrarreforma administrativa em curso, que visa a “sustentabilidade financeira” das estatais, isto é, a abertura de fontes privadas de financiamento.

Os investimentos privados são condicionados por interesses privados e lucrativos. O financiamento da universidade através de fundos patrimoniais e da especulação financeira traz essa contradição. Disso resulta que pode ocorrer a apropriação de parte do patrimônio da universidade para compensar eventuais quebras desses fundos, dentre outros riscos.

A burocracia acadêmica que administra a universidade se utiliza de ações privatistas, como os fundos patrimoniais, à medida em que amplia os recursos a serem geridos por ela. Os interesses da comunidade universitária, porém, levam à defesa do pleno funcionamento da universidade, o que depende do financiamento integral da educação pelo Estado, conforme o orçamento calculado pela assembleia geral universitária.

Os fundos patrimoniais enfraquecem a autonomia universitária. A organização independente dos estudantes e trabalhadores da educação é primordial para resistir às políticas dos governantes e conquistar a real autonomia universitária, substituindo a velha estrutura de poder do reitorado por um governo tripartite (estudantes, professores e funcionários) eleito pela assembleia geral universitária.

Rondônia

Toda força à greve dos trabalhadores da educação

No dia 6 agosto, em uma assembleia massiva do Sintero, os trabalhadores da educação aprovaram a greve. Cansados de esperar pelas promessas do governador coronel Marcos Rocha, que se arrastavam desde o período eleitoral, e das reuniões infundáveis com a direção do sindicato, pura enrolação, a assembleia deliberou pela greve.

Os trabalhadores acreditavam que o ano de 2025 iniciaria com greve para pressionar o governo sobre o cumprimento da pauta

de reivindicações. Desde o mês de janeiro, os trabalhadores apresentaram propostas e disposição para entrar em greve, já prevista no ano anterior. A direção do Sintero foi pressionada para acatar a deliberação da greve e não manobrar, como vinha ocorrendo.

A greve completa uma semana e está forte. Conta com a adesão de aproximadamente 80% da categoria. No entanto, é preciso ficar atentos. Isso por que a direção do sindicato dispersou as mobilizações grevistas em Porto Velho, para recepcionar o presidente Lula,

que estava no estado para a inauguração de obras e anúncio da projeto do Hospital universitário para a universidade federal de Rondônia. Portanto, uma conduta eleitoreira de apoio ao governo Lula. Essa posição da burocracia sindical inviabilizou as ações da greve, que sequer conseguiu montar a barraca do sindicato no local do evento.

As reivindicações grevistas, além do compromisso em cumprir o piso salarial, incluem a cobrança da equiparação salarial entre técnicos e técnicas educacionais; o cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação (PEE), quanto as gratificações por titulação, valorização educacional e carreira que está em consonância com o Fundeb e o PEE; paridade quanto ao auxílio alimentação, congelado há 9 anos e a paridade com o valor pago aos trabalhadores de outras secretarias, o pagamento mais baixo é dos trabalhadores da educação com diferenças em torno de 200%; pagamento de vale transporte, que foi suspenso; retorno da gratificação aos servidores das secretarias de escolas e realização de concursos públicos suspensos há 10 anos por esta razão, precariza o atendimento com contratos celetistas, com voluntários ou bolsistas.

Nas duas primeiras assembleias, decisivas para a deliberação da greve, a militância da CPE/POR distribuiu manifestos de agitação em favor da greve e de organização na condução do movimento grevista e propôs a constituição dos comitês de luta

Reproduzimos passagens dos manifestos distribuídos:

QUE O GOVERNADOR ATENDA IMEDIATAMENTE AS REIVINDICAÇÕES

Companheiras e companheiros, nesse dia de paralisação, é necessário impulsionar o movimento grevista para derrotar todas as manobras de enrolação impostas pelo governador Marcos Rocha contrárias ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores em educação. É notório que o patrão só nos ouve quando cruzamos os braços. Desde janeiro que essas reuniões vêm acontecendo com a direção do sindicato e nada avançou. Isso significa que esses métodos usados pelas direções não têm surtido efeito no atendimento das reais necessidades dos trabalhadores da educação.

As propostas de enfrentamento ao governador só têm resultado quando estão sob os métodos próprios da classe, que são as ações direta, e, dentre eles, se encontra a greve. As greves têm sido apontadas pela base em inúmeras assembleias. Nesses meses de enrolação, os trabalhadores mostraram disposição de luta, porém essa disposição não foi materializada, deixando o governador de mãos livres.

Agora, é importante não aceitar nenhuma promessa e que o governador atenda imediatamente as reivindicações.

CHEGA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSE: CHEGA DE EMBROMAÇÃO

Desde o início do ano, estamos sendo embromados pelo governador Marcos Rocha e sendo vítimas de uma política nefasta de conciliação de classe da direção do Sintero, que manobrou sobre as deliberações de greve desde o início de 2025.

Ao invés de greve e outros métodos de resistência, a burocracia fortalece a posição das tais “mesas de negociação”, que não passam de enrolação. O governador somente cumpriu com o percentual do Piso do Magistério, as demais reivindicações ficaram no esquecimento.

Entre os trabalhadores mais aguerridos há muita insatisfação, que tem gerado indignação e revolta contra o imobilismo do sindicato, que sufoca a construção das greves. As greves estão entre os mais importantes instrumentos de resistência e de pressão sobre os patrões, quando os trabalhadores e oprimidos em geral se sentem ameaçados e precisam impor suas reivindicações e defender seus direitos.

A conciliação se expressa nas intensas manobras para não deflagrar greve. É sempre assim, empurram do final do ano para o início do ano seguinte. Inicia o ano e ficam empurrando de mês em mês até aproximar o final do ano letivo. Isso na tentativa de vencer uma parcela da categoria para deixar para depois a greve.

A militância da Corrente Proletária da Educação - CPE/POR intervém nas assembleias mostrando que só o método de ação direta possibilita garantir a conquista das reivindicações. Tem feito um trabalho intenso de explicação da política da burocracia sindical, que é de conciliação de classe e não de luta de classe. Vem mostrando o papel nefasto das tais mesas de negociação, entre governo e direção do sindicato. E tem se esforçado por reunir a vanguarda que não aguenta mais as promessas do governador e a enrolação da direção do Sintero.

DELIBERAÇÃO IMEDIATA DA GREVE E ORGANIZAR OS PIQUETES

Fortalecer movimento grevista, combatendo a greve passiva

Companheiras e companheiros, para esse momento da greve é necessário fortalece-la junto às escolas, para que seja um movimento vitorioso. Precisamos constituir os comitês de greve e de luta.

O governo e os partidos burgueses tudo farão para quebrar o movimento. Divulgam inverdades nas redes sociais no intuito de enfraquecer a luta dos trabalhadores em educação.

A nossa força está na paralisação de todas as escolas, na nossa união e nas manifestações de rua. Para isso, os comitês de luta são fundamentais para fortalecer o movimento e ganhar o apoio da população, em particular dos pais.

Reafirmamos que é necessário organizar os comandos da greve, para não ocorrer a dispersão dos grevistas, com um único objetivo de obter êxito o mais rápido possível.

É possível derrotar o governo com a força coletiva dos trabalhadores da educação. Toda força à nossa greve.

PROGRAMA DO POR



O Programa do POR foi aprovado no seu XII Congresso, realizado nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014. Em 1993, o III Congresso estabeleceu as suas bases programáticas. (...) O Programa se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária.

São Paulo

Reunião do Conselho do SINPEEM é novamente substituída por palestras

A última reunião do Conselho do SINPEEM (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de SP) ocorreu no dia 30/7. O encontro teve como centro uma palestra com dois convidados, Thomaz Ferreira Jensen, do DIEESE, e Nivaldo Santana, secretário de Relações Internacionais da CTB. O propósito veio da situação de ataque à soberania do Brasil com o tarifaço imposto por Trump. Logo após, os conselheiros puderam fazer intervenções de 1 minuto sobre o tema. Encerradas as falas, a Diretoria deu alguns informes e foi encerrada a reunião.

De imediato, salta aos olhos o problema de método: substituir a participação ativa dos membros dessa importante instância sindical pela postura passiva, como mera audiência, com o aviltante tempo de apenas 1 minuto para discorrer sobre tema tão complexo como a análise da conjuntura. É evidente que o sindicato pode promover atividades de formação com convidados. O problema está na anulação prática de uma instância de discussão coletiva e de deliberação, o que constitui uma ação distracionista. No fundo, a direção burocrática do SINPEEM só pretendia ocupar o tempo e evitar que fosse tomada qualquer medida de mobilização.

Quanto ao conteúdo das palestras, prevaleceu a linha do governismo, ou seja, de defesa do governo de frente ampla de Lula e Alckmin - como era de se esperar, em se tratando do PCdoB/CTB e do DIEESE. A exposição do Thomaz, no entanto, ao menos foi rica em dados, principalmente em relação à influência das Big Techs no Estado brasileiro, elemento relevante diante do tarifaço trumpista - o valor gasto pelo setor público brasileiro com licenças de software e serviços similares ultrapassou os 23 bilhões de reais entre 2014 e 2025. Nivaldo Santana, por sua vez, não passou de lugares-comuns, como: "Temos uma nova ordem mundial multipolar, na qual os EUA estão perdendo a sua hegemonia" e "estamos construindo uma consciência da importância da soberania e da democracia para o nosso país", frases para embelezar o papel do governo petista.

A Corrente Proletária compareceu à reunião com seu panfleto e demais materiais de propaganda e, no tempo restrito a que teve direito ao microfone, apontou que a resposta à barbárie capitalista e aos ataques do imperialismo à soberania brasileira deveria se dar no campo da independência de classe, erguendo a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado. Também denunciou os ataques do governo Nunes ao funcionalismo, levantando a necessidade de tomar as reivindicações da categoria e dos trabalhadores em geral como ponto de partida, fazendo a ligação com o combate às medidas do imperialismo e ao fortalecimento das tendências fascistas, reflexo da crise do capitalismo.

Não há outro caminho para defender a soberania nacional. A bandeira de "união nacional", defendida por Lula, implica a subordinação política à burguesia brasileira, entreguista até a medula, e ao próprio imperialismo. A completa independência política e a soberania do país são reivindicações democráticas, tarefas pendentes do capitalismo semicolonial brasileiro, impossíveis de serem realizadas pela burguesia vende-pátria sob o capitalismo. São tarefas que, para serem realizadas, necessitam passar às mãos da classe operária, com o seu Programa e seu Partido, em aliança com a maioria nacional oprimida. Trata-se de um programa radicalmente oposto ao apresentado pelos reformistas, centristas e estalinistas, a exemplo de Nivaldo Santana e outros.

No momento do encerramento, Cláudio Fonseca, presidente do SINPEEM, referendou a fala dos dois oradores e concluiu com alguns informes, como aqueles relacionados à dinâmica do Congresso do sindicato, a se realizar no começo de outubro, além dos informes ligados às reuniões do SINPEEM com a SME sobre temas específicos da categoria, a exemplo do bônus (PDE, prêmio de desempenho educacional), entre outros.

São Paulo

Somente com a luta coletiva, é possível enfrentar a terceirização

As funcionárias da empresa Libem, responsáveis pela limpeza das escolas na diretoria de ensino de Caieiras, informam das demissões, sem pagamento de salário e até de férias. As funcionárias da limpeza das escolas foram pegadas de surpresa. Diante da situação, muitas delas são levadas a não acreditar no sindicato. E muitas dessas funcionárias já passaram por essa situação em que as empresas terceirizadas encerram os contratos sem pagar os salários. Ao invés da direção do sindicato sair em defesa das terceirizadas, as trabalhadoras acabam ficando reféns das direções de escolas, para continuar com outra empresa. É o que se passou com a Brasterc Serv Tercerizados de Mão de Obra, que no dia 11, contratou as terceirizadas que tinham sido demitidas da Libem.

A manobra na rapidez de ter outra empresa e contratar uma parcela das funcionárias demitidas de outra empresa tem sido

comum. Está aí por que estamos constantemente denunciando a direção do sindicato das terceirizadas e da Afuse, que é o sindicato dos funcionários de escola.

A terceirização é marcada pelas arbitrariedades e exploração por parte das empresas. Os trabalhadores sem o seu sindicato ficam à mercê da indicação da direção da escola para se manter na nova empresa, sem garantia que vão receber os salários.

E preciso que as trabalhadoras terceirizadas se organizem como oposição às direções sindicais colaboracionistas com o governo. A Corrente Proletária vem trabalhando nesse sentido. A revolta e a indignação das terceirizadas só ganharão força com a organização coletiva. Trata-se, na realidade, de uma luta mais ampla contra a terceirização, que vem sendo imposta nas escolas públicas.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Direção manipula eleição na Conferência Livre da FASUBRA para a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Em 07 de agosto de 2025, realizou-se, em formato online, a Conferência Livre Nacional da FASUBRA-Sindical, reunindo cerca de 150 mulheres dos sindicatos filiados. Com o tema “Políticas e Avanços no Combate às Violências de Gênero nas Instituições de Ensino”, o encontro deveria ser um espaço democrático para que as mulheres trabalhadoras apresentassem seus problemas e construíssem propostas para a 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Além do debate, cabia à atividade eleger até três delegadas (uma a cada 50 participantes) para representar a Federação na etapa nacional da Conferência. A conferência iniciou com a apresentação de uma técnica da UFRRJ sobre assédio e violências no ambiente de trabalho, seguida da formulação de propostas. Porém, no momento da eleição, a condução da mesa revelou práticas típicas do burocratismo sindical, onde o processo eleitoral — moldado nos mesmos vícios do sistema burguês — serve mais para garantir posições de direção do que para expressar a vontade da base.

Uma das dirigentes da Coordenação de Mulheres Trabalhadoras da FASUBRA defendeu que uma das vagas fosse reservada à “Coordenação” e lançou a candidatura com esse título. Apenas depois esclareceu que o voto na “Coordenação” significava eleger automaticamente as duas coordenadoras da Federação, restando apenas uma vaga para disputa. Tal manobra, marcada pelo desespero em assegurar as vagas à direção, reproduz a lógica do sistema eleitoral burguês, em que regras são manipuladas e a estrutura é moldada para favorecer quem já detém o poder.

O processo de votação foi caótico, excludente e ainda agravado pelo formato não presencial. A enquete inicial não funcionou para a maioria das participantes, sendo relançada quatro vezes sem su-

cesso. Tentou-se depois outra plataforma, igualmente inacessível, e por fim um formulário eletrônico. Uma trabalhadora idosa, com dificuldades digitais, declarou seu voto oralmente por não conseguir acessar o sistema — um exemplo claro de como o modelo remoto é antidemocrático.

As regras foram alteradas no decorrer do processo: primeiro, cada participante deveria votar em apenas uma candidata; depois, quem votasse na “Coordenação” estaria elegendo duas; por fim, passou-se a dizer que seria possível votar em até três, mas com restrições para quem incluísse a “Coordenação”. A ausência de critérios claros abriu espaço para votos múltiplos e repetidos, distorcendo o resultado.

A experiência mostrou que o formato online, além de afastar as mulheres trabalhadoras das decisões, facilita a condução arbitrária e dificulta a fiscalização direta pela base. Sem o contato presencial, a burocracia se fortalece, escondendo suas manobras por trás de plataformas e procedimentos técnicos que a maioria não domina.

O que se viu foi uma prática que, longe de combater a burocratização, a reforça: centralização de poder, manobras de bastidores e desrespeito à base. A conferência, que deveria fortalecer a luta das mulheres trabalhadoras contra as violências e opressões, acabou sendo um exemplo de como o reformismo, ao aceitar as regras do jogo eleitoral burguês e o distanciamento imposto pelo modelo remoto, legítima e perpetua mecanismos de exclusão e manipulação. É evidente que a verdadeira democracia só será possível com organização de base, independência de classe, enfrentamento à burocracia sindical e participação presencial e direta das trabalhadoras.

Lei Maria da Penha completa 19 anos

Números recentes da violência contra a mulher expõem seu fracasso

No seu 19º aniversário, a Lei nº11.340, ou Lei Maria da Penha (de 7 de agosto de 2006), foi celebrada poucos dias após o Brasil se comover com o caso de Juliana Garcia dos Santos, 35 anos, brutalmente agredida em Natal (RN) pelo namorado, o ex-jogador de basquete Igor Eduardo Pereira Cabral, que desferiu 61 socos no seu rosto em 34 segundos, causando múltiplas fraturas na sua face, que precisou ser reconstruída em cirurgia. O agressor foi indiciado por tentativa de homicídio.

Os quase 20 anos da Lei também vieram acompanhados da divulgação de dados assustadores de violência e assassinatos contra mulheres, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em seu Anuário 2025: em 2024, foram 1.492 vítimas de feminicídio, maior número desde 2015, ano de início da tipificação do crime. Foram 4 mulheres mortas por dia, ou uma a cada 6 horas, e mais de 10 tentativas de homicídio diárias.

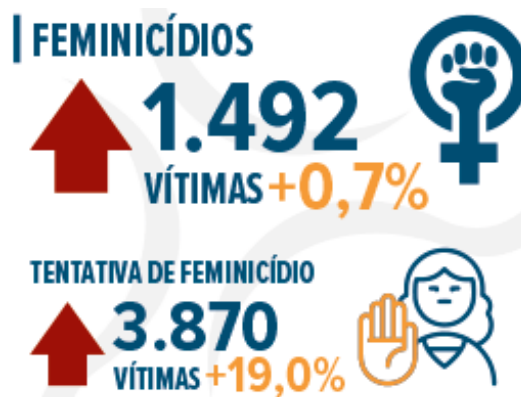
A taxa é de 1,4 vítimas fatais para cada 100 mil mulheres. E o perfil das vítimas é 63,6% de negras e 70,5% na faixa etária de 18-44 anos. Em 80% dos casos, os autores foram seus companheiros

(60,7%) ou ex-companheiros (19,1%), sendo 97% dos agressores do sexo masculino e 64,3% ocorridos dentro de casa. 28,3% das mulheres assassinadas ano passado tinham medida protetiva ativa no momento da morte.

Em relação à violência sexual, foram 87.545 registros em 2024, 41,2 por 100mil habitantes, maior número de estupros e estupros de “vulneráveis” da história. Entre as vítimas, 87,7% foram mulheres, 76,8% crianças e adolescentes. Os maiores índices ocorreram em cidades de Roraima, Rondônia e Mato Grosso.

Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), ao todo, em 2024, ultrapassou-se o quantitativo de 966.785 novos casos de violência doméstica encaminhados à justiça. O total de casos pendentes de julgamento até o fim do ano foi de 1.297.142.

Como se vê, a saída do reformismo para esse quadro continua se provando fracassada, e se sai pior a cada ano. Os números também mostram que não é sob o governo A ou B, conservador ou reformista, que a tendência ao reacionarismo e à barbárie capita-



LANÇAMENTO**R\$5****Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:****A luta dos
marxistas na defesa
do direito ao aborto****A defesa do Partido Operário Revolucionário
ao direito ao aborto legal às mulheres****2025****POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**MASSAS**
JORNAL DA REVOLUÇÃO E DA LUTA PROLETÁRIA

lista se altera. Secretarias, órgãos de segurança e governos se viram obrigados na data a reconhecer a insuficiência da Lei, porém com o mesmo discurso – que precisa apenas de mais rigor, maior investimento, fortalecimento da segurança pública etc. – o velho tripé do reformismo contra as opressões, conscientização/convencimento, políticas públicas/afirmativas e coerção/punição, que nada se difere, por exemplo, da política defendida pela prefeitura de São Paulo, sob o governo Ricardo Nunes (MDB), aliado da extrema-direita bolsonarista. Na celebração do aniversário da Lei, a gestão municipal divulgou orçamento recorde, com aumento de 35 milhões em 2021 para 63 milhões em 2024 em medidas de proteção e atendimento às mulheres na capital, com ação integrada com a guarda-civil, entre outros “esforços” para o combate a tais crimes.

Os marxistas não se limitam à aparência, vão à essência das coisas. Para o POR, o que os reformistas classificam como machismo, violência de gênero, trata-se de uma enfermidade social, pois é uma condição própria da sociedade de classes, da qual a família é um de seus componentes fundamentais, assentada na propriedade privada. Portanto, uma opressão que tem raiz de classe e que não pode ser superada no capitalismo, sem a transformação radical de suas bases materiais. O fim da violência contra a mulher e qualquer outra forma de opressão será obra da revolução proletária.

Burocracia do PT e aliados empenhados no Plebiscito

A redução da jornada, os salários e os empregos somente serão defendidos por meio da luta direta

O POR vem fazendo a campanha por Um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa da redução da jornada de trabalho sem reduzir do salário, contra a escala 6x1, por empregos a todos e salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora. Com essa posição, a militância da Corrente Proletária tem atuado junto à juventude do Ensino Médio em Francisco Morato. Tem mostrado que o Plebiscito, coleta de assinaturas, está em oposição a uma verdadeira campanha em defesa dos trabalhadores, pois são os únicos que sofrem com a exploração do trabalho, pagam os impostos e são vítimas da taxação do imposto de renda.

As direções das centrais sindicais e dos movimentos sociais e estudantil estão empenhados com o Plebiscito Popular. Para isso, têm percorrido as escolas e colocado mesas coletoras nas estações

de trens, ônibus e metrô, para juntar as assinaturas. Trata-se de uma ação passiva, pois a população e a juventude assinam e são orientadas a aguardar as decisões do Congresso Nacional, que, como sabemos, está a serviço dos capitalistas.

A nossa tarefa continua sendo a de exigir que as direções sindicais e populares convoquem as assembleias, aprovem um Dia Nacional de Luta e iniciem a organização da luta contra as demissões e a flexibilização capitalista do trabalho, que se intensificam com o tarifaço de Trump. Os governos estão preocupados em proteger os capitalistas, basta ver o pacote de Lula e Haddad e as ações dos governadores. A defesa dos empregos e contra o lay-off, banco de horas e outras medidas do patronato não virá com o Plebiscito, mas sim com a luta direta dos explorados.

Publicado o livro:**RESPOSTA MARXISTA
ÀS OPRESSÕES**

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.

**R\$35****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Ensino desvinculado da produção social

Transcrição da intervenção na videoconferência de formação política organizada pela Corrente Proletária da Estudantil (CPE) no dia 29 de julho

O sexto ponto do Programa da Corrente Proletária Estudantil é de crítica ao ensino desvinculado da produção social, ou seja, de defesa do ensino vinculado à produção social. Essa formulação, na prática de nossa intervenção, se traduz na defesa de que o jovem operário, o jovem trabalhador, o estudante, deve ter uma parte da jornada do dia na escola e outra parte na produção social, numa atividade remunerada, num emprego. Os fundamentos dessa bandeira têm sua raiz na história do movimento operário consciente, principalmente desde o momento em que Marx e Engels formularam o socialismo científico. Por isso, é uma bandeira muito cara para o Partido Operário Revolucionário.

Esse ponto, em princípio, é colocado no documento em oposição ao Ensino a Distância (EAD) e pela defesa do ensino presencial, vinculado à produção social. Mas também em oposição ou como crítica à falência do ensino presencial atual desvinculado da produção social. É preciso desmontar o embelezamento do ensino presencial como está. A crítica ao ensino vigente atual é de que se trata do ensino burguês, ou seja, determinado pelo interesse da burguesia, e que tem como finalidade prioritária a reprodução da ideologia burguesa, da farsa ideológica de que o estudante, mediante o seu esforço individual, pode se dar bem no capitalismo.

A crítica do nosso programa também ataca o fato do ensino reproduzir a separação entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática, reproduzindo, portanto, a divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho, por meio da qual se fundamenta o capitalismo, é produto de uma divisão social do trabalho anterior ao capitalismo, mas que se acentua sob esse regime, que leva às últimas consequências a separação entre o pensar e o fazer. Transforma, assim, a força de trabalho em apêndice do capital.

Também faz uma crítica do seu caráter anticientífico, pois é impossível o conhecimento científico desvinculado da experiência social, da prática, do conhecimento da realidade, seja da realidade social, seja da realidade da própria natureza. Essa separação ocorre não apenas em carreiras chamadas de “humanas”, mas em todas. É como se as ideias que se constroem proviessem de outras ideias e não da experiência, do conhecimento da realidade, do contato humano com a realidade, que precisa ser conhecida e transformada.

Convém ressaltar também que esta bandeira é uma bandeira histórica da classe operária, principalmente desde que assumiu a expressão teórica do socialismo científico. A começar pelo Manifesto do Partido Comunista, onde no 10º ponto de uma lista de medidas a serem tomadas, após “o proletariado se transformar em classe dominante”, pode-se ler: “Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.”.

Vamos encontrá-la, depois como bandeira da Primeira Internacional, nas Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, redigidas por Karl Marx em 1868, e no próprio O Capital, no capítulo XIII, Maquinaria e grande indústria [vide abaixo]. Nas Instruções, Marx também destaca o “dever da

sociedade” de defender os direitos das crianças e dos jovens proletários, diferentemente dos descendentes da burguesia e da aristocracia, de quem afirma que “A criança que desfruta os privilégios dessas classes está condenada a sofrer seus próprios prejuízos”.

Essa fundamentação é reforçada por Marx na Crítica ao Programa de Gotha, utilizada por Lênin e Trotsky, inclusive após a tomada do poder na Rússia e na constituição da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas. Para Lênin, essa era uma questão fundamental, pois, acentuava muito a formação da juventude. “Vocês é que vão construir o comunismo”, dizia Lênin, enfatizando a importância da vinculação da escola, do ensino, com a experiência social.

Eu queria enfatizar esse aspecto desta bandeira que, até onde sei, somente a nossa corrente defende. Essa é a bandeira histórica do marxismo.

[Anexo]

Marx. O Capital Capítulo XIII **Maquinaria e grande indústria**

Os inspetores de fábrica logo descobriram, por depoimentos de mestres-escolas, que as crianças de fábricas, embora só gozem de metade do ensino oferecido aos alunos regulares de tempo integral, aprendem tanto e muitas vezes até mais.

A coisa é simples. Aqueles que só permanecem metade do dia na escola estão sempre lépidos e quase sempre dispostos e desejosos de receber instrução. O sistema de metade trabalho e metade escola faz de cada uma dessas atividades descanso e recreação em relação a outra e, conseqüentemente, muito mais adequadas para a criança do que a continuidade ininterrupta de uma das duas. Um garoto que desde manhã cedo fica sentado na escola não pode concorrer, especialmente quando faz calor, com outro que chega lépido e fagueiro de seu trabalho. (*Reports of the inspectors of factories to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department., op. cit., pp. 118-19*).¹

Pode-se encontrar documentação adicional no discurso de Senior proferido durante o congresso sociológico de Edimburgo em 1863. Entre outras coisas, ele mostra como a jornada escolar unilateral, improdutiva e prolongada das crianças das classes alta e média aumenta inutilmente o trabalho dos professores, “enquanto desperdiça tempo, saúde e energia das crianças não só de modo infrutífero, mas absolutamente prejudicial”. Do sistema fabril, como se pode ver detalhadamente em Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo com ensino e ginástica não só como um método de elevar a produção social, mas como único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões.

1 Um ingênuo fabricante de seda esclarece aos comissários de inquérito da Child. Empl. Comm.: “Estou inteiramente convencido de que o verdadeiro segredo da produção de trabalhadores eficientes reside na união de trabalho com instrução a partir da infância. Naturalmente, o trabalho não deve ser demasiadamente pesado nem desagradável ou nocivo à saúde. Eu gostaria que minhas próprias crianças tivessem trabalho e brinquedo como alternância da escola”. (Child. Empl. Comm.).

A revolução proletária e o renegado Kautsky – Capítulos 5 e 6

No último jornal, apresentamos os capítulos 3 e 4 da obra de Lênin de crítica ao proeminente dirigente da II Internacional, o marxista renegado Kautsky. Passamos, agora, aos capítulos 5 e 6.

No capítulo 5, intitulado “A Assembleia Constituinte e a República Soviética”, Lênin responde à acusação de Kautsky de que os bolcheviques “aniquilaram a democracia”, por terem dissolvido a Assembleia Constituinte de janeiro de 1918. Mostra que se tratava do problema da relação prática entre a democracia burguesa e a democracia proletária.

Kautsky deturpa as “Teses sobre a Assembleia Constituinte” de Lênin. Essa forma desonesta de crítica mostra toda a sua fragilidade e só pode servir a quem se uniu de fato à burguesia. De um lado, cita apenas parte das teses, omitindo deliberadamente grande parte delas e até mesmo sua quantidade; de outro, falsifica dizendo que Lênin só criticou as Assembleia Constituinte depois que os bolcheviques ficaram em minoria nela, ignorando completamente as “teses de abril [de 1917]”, onde proclamava “a superioridade de um Estado do tipo comuna sobre a república parlamentar burguesa”, e diversos outros momentos onde a mesma conclusão foi proclamada.

Lênin sintetiza a questão: “É ou não verdade que a república parlamentar democrático-burguesa é inferior a uma república do tipo da Comuna ou do tipo dos Sovietes? Está aí o nó da questão, mas Kautsky deixou-a de lado. Kautsky ‘esqueceu’ tudo o que Marx disse na análise da Comuna de Paris. Também ‘esqueceu’ a carta de Engels a Bebel de 28 de março de 1875, que expressa de forma bem evidente e compreensível a mesma ideia de Marx: ‘A Comuna não era já um Estado no sentido próprio da palavra’.”. E complementa mostrando que também os mencheviques se calaram diante dessa questão. Ademais, que suas teses 16 e 17 colocam “que os interesses da revolução estão acima dos direitos formais da Assembleia Constituinte” e que “O ponto de vista democrático formal é precisamente o ponto de vista do democrata burguês, que não reconhece que os interesses do proletariado e da luta proletária de classe são superiores.”

Ainda no capítulo 5, Lênin é firme ao caracterizar Kautsky como um renegado, que não coloca os problemas do ponto de vista dos interesses de classe. No caso da Assembleia Constituinte na Rússia, tratava-se dos interesses de um Estado burguês e não do Estado proletário. A tentativa de “conciliação” da constituinte com os Sovietes, ou seja, da submissão do proletariado à burguesia, foi o papel que buscou cumprir os mencheviques de fevereiro a outubro de 1917. E justamente por não aceitar a submissão é que o proletariado se insurgiu na revolução de outubro de 1917. Os Sovietes eram uma organização de combate do proletariado, das massas oprimidas, por isso a democracia soviética era um tipo superior de democracia. E, pelo mesmo motivo, a Assembleia Constituinte de janeiro de 1918 representava um retrocesso

reacionário diante do avanço das massas à esquerda – avanço demonstrado nos congressos dos Sovietes.

O capítulo 6, A Constituição Soviética, trata do fato dos exploradores terem sido excluídos do direito ao voto nos Sovietes. Os bolcheviques não levantavam previamente esse ponto e nem o tratavam como indispensável à ditadura do proletariado. Ocorreu que “ele surgiu por si mesmo, no curso da luta”.

Kautsky com sua “democracia pura” tenta fazer parecer que a burguesia poderia ser uma simples “oposição”, ou seja, supõe a possibilidade de uma disputa parlamentar pacífica. Ignora completamente a luta de classes e o significado de uma situação revolucionária. A tentativa fracassada do golpe reacionário de Kornilov, de setembro de 1917, serviu como experiência para mostrar ao proletariado como é a luta encarniçada da burguesia para retomar o poder e como pavimentou o caminho da exclusão da burguesia dos Sovietes.

Lênin também critica Kautsky por suas exigências à constituição soviética, o qual reclama de haver noções jurídicas “vagas”, como quem seria “capitalista”, e vocifera contra as “arbitrariedades” nela presentes. Diz: “Este ‘sério letrado’ permite à burguesia inglesa elaborar e aperfeiçoar durante séculos uma Constituição burguesa nova (nova para a Idade Média), mas a nós, operários e camponeses da Rússia, este representante duma ciência servil não dá nenhum prazo. A nós exige-nos uma Constituição elaborada até o mínimo pormenor em alguns meses...”. Denuncia também que Kautsky não acha nem um pouco arbitrário a “ordem” e a “legalidade” que servem para oprimir o operário, cujas leis são redigidas de forma que sejam inacessíveis ao proletariado.

Kautsky também critica a exclusão de determinados partidos, em vez de indivíduos particularizados, e de indivíduos “que empreguem operários assalariados para obter lucro”. Lênin responde que não tem sentido julgar apenas indivíduos, quando os partidos conspiram contra a revolução e chegam até mesmo a ironizar as supostas preocupações de Kautsky com os pequenos patrões, colocando que estes são, via de regra, conhecidos por sua desonestidade e impiedade na exploração. Mostra que Kautsky quer usar as exceções para fazer as regras, tudo em nome da defesa da burguesia. Diz: “Se os Sovietes, depois de um ano de existência, privam os exploradores do direito de voto, isto quer dizer que estes Sovietes são de fato organizações das massas oprimidas, e não dos sociais-imperialistas nem dos sociais-pacifistas vendidos à burguesia”.

O capítulo conclui mostrando que os marxistas revolucionários nunca cultuaram a democracia “pura”, ou seja, a democracia burguesa. Que é preciso dizer claramente que os burgueses e seus lacaios serão combatidos impiedosamente enquanto resistirem à revolução e ditadura proletária.



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

**Lênin estrategista
da revolução proletária**
*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



**Novo
Coleção
Editorial**

POR realiza Escola de Quadros no Nordeste

O POR realizou sua tradicional Escola de Quadros do Nordeste nos dias 09 e 10 de agosto em Natal. Participaram militantes e simpatizantes das regionais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. A atividade esteve dividida em três partes e discutiu textos sobre a história do POR boliviano, sobre as formulações do POR para a educação na revista *Hombre Nuevo* e sobre a história do POR brasileiro.

A primeira parte da atividade, ocorrida no sábado pela manhã, foi dedicada a estudar os extratos do texto ‘Resposta ao impostor Moreno’ de Guillermo Lora. Foi precedida de uma exposição sobre a história do POR boliviano que destacou sua fundação, em 1935, já vinculada à Oposição de Esquerda e à IV Internacional, a luta por fundir-se com a classe operária nos anos 1940 (Teses de Pulacayo, bloco mineiro parlamentar) e a experiência com a revolução de 1952. Após o estudo nos grupos, o plenário debateu os temas a) foquismo; b) Assembleia Popular; c) luta contra o nacionalismo burguês, representado pelo MBR; d) o combate às diversas vertentes do revisionismo (mandelismo, morenismo, lambertismo e altaminirismo); e) a fortaleza programática em que se constituiu o partido de Lora em 90 anos de existência.

A segunda parte da atividade ocorreu no sábado à tarde e discutiu as formulações sobre a educação feitas pelo POR boliviano com base nos extratos da revista *proletária da educação*. A exposição procurou mostrar o lugar da revista *Hombre Nuevo* na luta pela unidade entre a teoria e prática, cuja separação deformadora do homem é própria do capitalismo. Explicou o caráter transitório da bandeira de autonomia universitária e o co-governo docente-estudantil. Encerrou destacando que uma nova escola, que será produto de uma nova sociedade. O debate no plenário destacou: a) necessidade da luta contra a destruição do

ensino e as privatizações, que ganham projeção com a decadência capitalista; b) a luta contra a instrumentalização da escola como arma ideológica da burguesa e c) urgência da vinculação da escola com a produção social.

A terceira parte da escola de quadros ocorreu no domingo pela manhã e foi dedicada à história do POR brasileiro. Serviram de base os textos publicados no *Jornal Massas* sobre o tema. A exposição mostrou que em seu nascedouro o POR lutou contra o revisionismo do trotskismo e o reformismo pró-burguês do PT. Combateu a adaptação de Causa Operária ao eleitoralismo, que a levou à substituição da estratégia do ‘governo operário-camponês’, pela do ‘governo dos trabalhadores.’ Mostrou que o partido desde cedo integrou o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional e se guiou pelo caminho da elaboração paciente do programa, como atestam suas inúmeras publicações. O debate no plenário ressaltou: a) o voto no PT em 1989, quando a primeira eleição presidencial pós-ditadura expressou o choque das massas contra os partidos oligárquicos, b) a ruptura com o PT e o voto nulo em 1990; c) o combate ao eleitoralismo das esquerdas e aos governos de conciliação de classe do reformismo; d) a transformação do *Jornal Massas* à medida que o embrião do partido avançou na luta de classes; e) a orientação de se voltar ao trabalho operário.

A Escola de Quadros foi encerrada com uma fala sobre a importância da formação dos quadros para a superação da crise de direção revolucionária e a necessidade de construir o POR como um partido-programa no Brasil. Ao final os presentes foram convidados a ficarem de pé e deram vivas aos 90 anos do POR boliviano, aos 36 anos do POR brasileiro e à Escola de Quadros do Nordeste.

Curso de formação mensal do POR

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou seu curso de formação mensal, no dia 10 de agosto, tratando da relação entre a guerra comercial e a escalada militar e o lugar da China na crise mundial do capitalismo. O documento que publicamos foi preparado para a discussão. Por se tratar da relação conflituosa entre Estados Unidos e China, foi utilizado o Boletim nº 1 de discussão interna sobre o processo de restauração capitalista na China.

O documento “A guerra comercial, as tendências bélicas e o lugar da China” foi discutido nos quatro grupos. Quanto ao Boletim sobre a China, foi dividido em quatro partes. Na plenária, os grupos apresentaram suas considerações e, em seguida, abriu-se para os destaques dos presentes. Observou-se o quanto a questão da guerra comercial e da escalada bélica está vinculada ao entrelaçamento da China e da Rússia nas relações capitalistas de produção. Destacou-se a discussão sobre o declínio da economia norte-americana e a ascensão da China como um fenômeno contraditório que resulta do esgotamento da ordem mundial estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Nesse âmbito, as intervenções acentuaram a importância da luta da vanguarda marxista-leninista-trotskista em superar a crise de direção, construindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Evidenciaram a necessidade de recorrer às experiências da luta revolucionária do proletariado, que se encontram, principalmente, na Revolução Russa e na Revolução Chinesa. Nesse sentido, ressaltou-se a relação entre a vitória da contrarrevolução que liquidou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o processo de restauração capitalista na

China. Assinalou-se a importância decisiva do peso do socialismo nacionalista encarnado pelo estalinismo e maoísmo, que levou ao choque entre a URSS e a China, a ponto de se colocarem em posição de guerra, no que se denominou conflito sino-soviético em 1969. O imperialismo chefiado pelos Estados Unidos aproveitou essa dissensão para alimentar as forças restauracionistas tanto na URSS quanto na China.

A tarefa de assimilar essa experiência com o método da análise do materialismo histórico e da crítica ganha maior importância nas condições em que os Estados Unidos, sob o governo Trump, ampliaram e recrudesceram a guerra comercial contra a China, iniciada em 2017, no primeiro mandato de Trump. O governo Obama já havia assinalado o curso da guerra comercial, que iria ser assumido plenamente por Trump e Biden.

O fato de tanto os democratas quanto os republicanos dirigirem a guerra comercial à China, e, em certo sentido, à Rússia comprova que se trata de uma orientação e necessidade da burguesia imperialista norte-americana. No presente momento, a guerra comercial potencia a escalada militar, e com ela volta-se a se colocar os perigos do armamento nuclear.

No curso, os participantes assinalaram os 80 anos do lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, vinculando esse acontecimento catastrófico da Segunda Guerra Mundial com os indícios das guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza de que acumulam contradições que tendem a se generalizar com a escalada militar. Nesse sentido, tem muita importância o rearmamento da Europa, com o claro objetivo de confrontar-se com a Rússia. É sintomática o caráter da intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza e a amplitude que a guerra alcançou no Oriente Médio.

Como balanço do curso, podemos concluir que os documentos estudados correspondem a uma necessidade prática de responder à opressão imperialista, que recai sobre as nações oprimidas e que se dirige no sentido da guerra contra a China e a Rússia. O POR em sua campanha sistemática contra o genocídio do povo palestino e pelo fim da guerra na Ucrânia tem se apoiado nas conquistas programáticas do marxismo-leninismo-trotskismo.

Abaixo publicamos o documento que serviu de base à discussão.

A guerra comercial e a escalada militar e o lugar da China na crise mundial do capitalismo

1. A interdependência entre as guerras comerciais e as guerras bélicas estão marcadas historicamente na época imperialista do capitalismo, que emergiu no final do século XIX e início do século XX. A Primeira e Segunda Guerras Mundiais refletiram o auge dessa interdependência. A partilha do mundo se realizou por meio de confrontos militares catastróficos. A Primeira Guerra confirmou a tese marxista-leninista de que o imperialismo é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A Segunda Guerra ocorreu vinte e dois anos após a vitória da Revolução Russa e o estabelecimento da transição do capitalismo ao socialismo. A burguesia imperialista europeia se viu diante do objetivo de limitar e isolar a revolução proletária, derrotando o proletariado na Alemanha, Espanha, França, Itália etc., ao mesmo tempo em que se preparava para a Segunda Guerra Mundial. Sem que a revolução proletária avançasse na Europa e internacionalmente, o imperialismo retomaria o curso da guerra mundial.

2. A Segunda Guerra serviu de alavanca para impulsionar os Estados Unidos como potência hegemônica. As conquistas da União Soviética no Leste Europeu limitaram a projeção do imperialismo norte-americano no velho continente. Estabeleceram um novo e ampliado marco de confrontação no interior da partilha reconhecida nos acordos de Yalta e Potsdam. De forma que ou a revolução social avançasse ou os Estados Unidos apoiados pela burguesia imperialista europeia imporiam um retrocesso. A superioridade econômica alcançada com a reconstrução da Europa pós guerra nos países capitalistas dominantes sufocou o processo burocrático dirigido pelo estalinismo das transformações nas relações de produção no Leste Europeu. Os levantes das massas na Alemanha Oriental, Hungria, Checoslováquia, Polônia etc. contra o regime burocrático foram canalizados pela contrarrevolução restauracionista. O imperialismo retomou posições perdidas na guerra para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Fortaleceu o cerco da “Guerra Fria”. O Partido Comunista Russo e a burocracia estatal cederam à marcha dos Estados Unidos voltada a liquidar a URSS. O seu desmoronamento em dezembro de 1991, arquitetado e levado a cabo pela própria burocracia estalinista, no entanto, resultou das condições de desintegração do capitalismo mundial, que se potencializaria nas décadas seguintes. A guerra na Ucrânia, de fevereiro de 2022, se tornou inevitável no momento em que os Estados Unidos e aliados apertavam o cerco da OTAN à Rússia e preparavam a subordinação da Ucrânia à União Europeia.

Esse acontecimento pôs à luz do dia o esgotamento da partilha promovida na Segunda Guerra e a emergência das tendências bélicas.

3. A Revolução Chinesa, em 1949, foi o acontecimento histórico mais importante realizado pela luta de classes. Abriu a possibilidade de fortalecer as posições do proletariado e da maioria oprimida que se chocavam com a dominação imperialista e a edificação dos Estados Unidos como potência hegemônica. A URSS sob o governo estalinista e a China sob uma direção adaptada ao estalinismo acabaram por se distanciarem e entrarem em choque na década de 1960. Ao contrário de rebaixarem as fronteiras e confluírem as relações de produção assentadas na nacionalização dos meios de produção, as burocracias russa e chinesa se colocaram em posição de guerra. O conflito sino-soviético veio ao encontro da estratégia do imperialismo que, sob a direção dos Estados Unidos, recrudescia a “Guerra Fria”. Em 1972, os Estados Unidos restabelecem relações com a China. Em 1986, foi lançada a Perestroika restauracionista na URSS. Nas décadas de 1970 e 1980, apresentaram-se os primeiros sinais de esgotamento da ordem mundial criada em Yalta e Potsdam. O capital monopolista e financeiro necessitavam de uma mudança crucial: acelerar o processo de restauração capitalista, que ganhou amplitude entre 1970 e 1990.

4. A combinação da restauração capitalista no Leste Europeu, na URSS e na China abriu espaço para a economia mundial, de forma que os Estados Unidos fossem os mais favorecidos, seguidos pelos aliados europeus. Denominou-se período da globalização, regido pelo Consenso de Washington de 1989, que impunha a abertura de mercados e o livre fluxo do capital financeiro. Os Estados Unidos aproveitaram para avançar seu controle imperialista no Oriente Médio. Foi decisiva a derrota da URSS na guerra do Afeganistão (1979-1989). Os Estados Unidos ocupam o país por vinte anos de 2001 a 2021. As guerras entre Irã e Iraque (1980-1988), a guerra do Golfo (1990-1991) e finalmente a intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque (2003-2011) foram demonstrações de que a maior potência necessitava ampliar seu raio de ação mundial, tanto do ponto de vista do domínio sobre as fontes de matérias-primas quanto do geoestratégico. Nem bem o Iraque foi esmagado na guerra que terminou em 2011, os Estados Unidos voltaram sua intervenção para a guerra civil na Síria (2011-2024), conflitando com o apoio da Rússia ao regime nacionalista de Bashar al-Assad. Nesse marco geral, o imperialismo norte-americano agigantou o poderio de Israel diante dos Estados árabes e do Irã. A vitória israelense de outubro de 1973 contra o Egito e Síria encerrou a resistência da maior parte dos países árabes à política expansionista do Estado sionista na Palestina. No fundo, foi uma importante vitória dos Estados Unidos. É necessário fazer referência aos vinte anos de intervenção militar norte-americana no Vietnã (1955-1975), expressando as tendências bélicas do imperialismo no âmbito da “Guerra Fria”.

5. A Segunda Guerra Mundial concluiu com o lançamento de bombas atômicas pelos Estados Unidos em Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de agosto de 1945, quando o Japão já estava derrotado. Essa decisão teve o objetivo do imperialismo norte-americano demonstrar sua hegemonia assegurada não apenas pela capacidade econômica, como também pelo poder militar. Em agosto de 1949, a URSS realizou seus primeiros testes atômicos. Entre 1945 e 1949, abriu-se um período de prevalência das armas mais destrutivas, cuja capacidade põe em risco a própria humanidade. Esse patamar mais elevado da indústria armamentista resulta da época imperialista, que é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Os acordos entre os Estados Unidos e a URSS em reduzir os riscos de uma guerra movida pela energia nuclear se iniciaram em 1972 com o “Tratado Antimísseis Balísticos”. Em 1982, se discutiu a redução das armas nucleares. Em 1991, os Estados Unidos e URSS assinaram o “Tratado de Redução de Armas Nucleares Estratégicas (Start-I)”. Desmoronada a URSS, os Estados Unidos e a Rússia chegaram a um acordo sobre a diminuição das ogivas nucleares (Start-II), em 1993. Esses acordos, no entanto, nunca foram postos em prática.

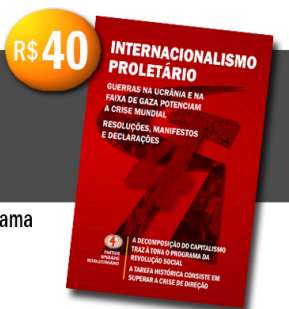
LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Os Estados Unidos se negam a ratificar o Start-II em 2000. Em 2001, abandonaram o “Tratado Antimísseis Balísticos”, uma vez que desenvolviam o projeto de escudo antimísseis. Em resposta, a Rússia abandonou, em 2002, o Start-II. Os Estados Unidos, então, voltaram a concordar com a redução de Armamentos Estratégicos Ofensivos. Cinco anos depois, 2007, a Rússia rompeu com o Tratado de Forças Armadas Convencionais na Europa, uma vez que os Estados Unidos pretendiam montar escudos antimísseis na Europa Oriental. O Tratado Start-I perdeu sua validade em 2009 e em 2010 se procurou um novo acordo de redução de ogivas. Os Estados Unidos criaram em 1957 a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para controlar e reger o ingresso dos países à energia nuclear e à possibilidade de obter armamentos nucleares. De forma que um pequeno número de países detêm a bomba atômica. O Irã foi um dos países mais vigiado e punido pelos Estados Unidos por desenvolver seu programa nuclear. O cerco da OTAN à Rússia, a guerra na Ucrânia e o mais recente ataque ao Irã evidenciam a falência dos acordos de desarmamentos e o recrudescimento das tendências bélicas.

6. As reformas capitalistas iniciadas em 1978 avançaram sistematicamente a ponto de colocar a China como a segunda potência econômica. Em 2024, a participação dos Estados Unidos no PIB mundial foi de 27,49% (US\$ 29,2 trilhões), a China, 19% (US\$ 18,3 trilhões). Esse salto da China implicou uma ampla vinculação com a economia mundial. Uma de suas capacidades fundamentais é o de responder por 32% da produção industrial mundial. Tornou-se a maior exportadora de manufaturados e gigantesca importadora de matérias-primas. Seu enorme superávit na balança comercial lhe faculta a expansão de seus negócios no mercado mundial. O controle de importante parcela das forças produtivas potenciou os seus choques com os Estados Unidos. Inicialmente, se manifestaram mais abertamente na Ásia. Na medida em que avança em todos os continentes, agrava-se a guerra comercial e se impulsionam as tendências bélicas. O processo de restauração capitalista na China e na ex-URSS combinado não reanimou o capitalismo. Ao contrário, levou ao extremo as contradições históricas do capitalismo imperialista, que é de decomposição e de transição para o socialismo. A burguesia mundial obteve um grande êxito com a restauração capitalista e o retrocesso do movimento revolucionário internacional, mas não conseguiu transformar a Rússia e a China em suas semicolônias. O caminho para alcançar esse objetivo é o do cerco econômico e militar. A guerra na Ucrânia colocou a Rússia em franco choque com os Estados Unidos e aliados europeus. A China se bate para retardar uma confrontação aberta com os Estados Unidos que a coloque no campo de guerra.

7. Ensejados pelos Estados Unidos, a Europa, o Japão e a Coreia do Sul vêm promovendo um maior rearmamento depois da Segunda Guerra Mundial. A imprensa internacional assinala que está em andamento uma “nova corrida nuclear”. Os Estados Unidos ampliam enormemente sua capacidade de destruição. O orçamento para 2026 conta com US\$1 trilhão em gastos militares. O Pentágono arrematou o Vale do Cilício para prover o complexo



militar-industrial da mais avançada tecnologia alicerçada na inteligência artificial (IA). Os dados atestam que o imperialismo norte-americano tem fortalecido seu lugar de principal potência nuclear mundial “com 400 ogivas em mísseis balísticos intercontinentais, 970 em submarinos, 300 em bombardeiros estratégicos e 100 bombas táticas na Europa”. No início de 2024, o imperialismo norte-americano revelou que seu plano de estratégia nuclear coloca em foco a China. Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri), a China aumentou suas ogivas de 410 em 2023 para 500, em janeiro de 2024. A informação é de que, como parte da corrida bélica, a China “projeta um arsenal de até 1.5 ogivas.

8. A rota de colisão econômica dos Estados Unidos com a China vem acompanhada da escalada bélica. Observa-se que, passados 80 anos do bombardeio atômico em Hiroshima e Nagasaki, os perigos de uma conflagração entre potências nucleares são o de destruição da humanidade. Não há possibilidade de reformar o capitalismo e de promover um desarmamento como pretendem os reformistas e pacifistas. O capitalismo avança no caminho de sua desintegração, da qual fazem parte as guerras de dominação e de destruição maciça de forças produtivas. É nessas condições que a classe operária tem de retomar o programa da revolução social e do internacionalismo proletário. Para isso, a vanguarda com consciência de classe tem a tarefa de resolver a crise de direção, construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Algumas considerações de Graham Allison sobre a possibilidade de guerra entre Estados Unidos e China

Em seu livro “A Caminho da Guerra”, o historiador e conselheiro no Departamento de Defesa dos Estados Unidos, Graham Allison, analisa e discute as tendências econômicas e militares que poderão colocar frente a frente os Estados Unidos e a China em posição de guerra. O autor é um porta-voz do imperialismo norte-americano.

A primeira edição é de 2017. Esse ano foi marcado pela eleição de Trump, que se colocou abertamente pela guerra comercial contra a China. A importância do livro está em que demonstra que os Estados Unidos em regressão se apoia no poder militar para fazer frente ao mais novo e poderoso adversário econômico.



Selecionamos algumas passagens, que ajudam a compreender e a acompanhar o conflito.

“Depois que o mercado econômico da China e sua infraestrutura física integrarem seus vizinhos à área ampliada de coprosperidade chinesa, a posição pós-Segunda Guerra Mundial dos Estados Unidos na Ásia ficará insustentável”. (...)

“Assim como a influência britânica no hemisfério ocidental teve fim no início do século XX, o papel americano de superpotência histórica na Ásia também deve ser transferido para outra nação. Como Xi Jinping comentou em um encontro de líderes eurasiáticos em 2014, ‘em última análise, cabe ao povo da Ásia governar os assuntos asiáticos, resolver os problemas asiáticos e manter a segurança asiática’”. (...)

“A tentativa de persuadir os Estados Unidos a aceitar a nova realidade se intensificou recentemente no Mar do Sul da China. Ocupando uma área de tamanho aproximado ao do Caribe e fazendo fronteira com a China, Taiwan e seis nações do Sudeste Asiático, o mar inclui centenas de ilhas, recifes e outras formações, muitas submersas na maré alta. Em meados do século XX, enquanto a China estava focada em si própria, outras nações reivindicaram ilhas no Mar do Sul da China, onde iniciaram projetos de construção. Em 1956, por exemplo, Taiwan ocupou Itu Aba, a maior ilha no arquipélago Spratly, e aquartelou centenas de soldados ali. Em setembro de 1973, o Vietnã do Sul anexou formalmente dez ilhotas do arquipélago e enviou centenas de tropas para defendê-las.” (...)

“Temendo que seus interesses fossem prejudicados pelos vizinhos, em 1974, a China assumiu o controle das ilhas mais próximas de suas fronteiras – as Paracel – com o Vietnã. Em 2012, a China tomou recife de Scarborough das Filipinas. Desde então, ampliou suas reivindicações, declarando exclusividade sobre todo o Mar do Sul da China e redefinindo a área ao traçar o mapa com uma ‘linha das nove raiais’ que abrange 90% do território”. (...)

“O Pentágono não tem dúvida sobre o que está motivando esses esforços. Como observa um relatório recente do Departamento de Defesa, ‘a mais recente reivindicação e construção terrestre chinesa também permitirá ao país atracar navios de maior calado nas bases navais; expandir sua força policial e a presença naval mais para o sul do Mar do Sul da China; e potencialmente operar aeronaves (...) que poderiam capacitar a China a conduzir operações contínuas com porta-aviões na área’”. (...)

“A China afirma que, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Estados Unidos devem requisitar permissão para seus navios operarem na Zona Econômica Exclusiva da China, que se estende por 200 milhas náuticas desde o litoral chinês – reivindicação que os Estados Unidos rejeitam sumariamente”. (...) “A capacidade de projetar poder na área dará à China maior influência sobre os 5,3 trilhões de dólares em comércio que passam pelo Mar do Sul da China todo o ano. À medida que expulsa vagarosamente os Estados Unidos dessas águas, a China também absorve as nações do Sudeste Asiático para sua órbita econômica e expulsa tanto Japão quanto a Austrália”. (...)

“Hoje, o arsenal chinês de mais de mil mísseis antinavios baseados no continente e sua frota costeira impossibilitam que

qualquer navio de guerra americano opere com segurança a menos de 1.600 quilômetros da costa chinesa. 62 submarinos armados com torpedos e mísseis capazes de atacar navios na superfície patrulham as águas adjacentes. Armas antissatélites estão posicionadas de forma a possibilitar que a China bloqueie ou até destrua satélites de inteligência, vigilância e comunicação sobre essa área. Juntos, esses recursos reduziram a posição de domínio militar do Pacífico a que os Estados Unidos estavam acostumados desde a Batalha de Midway, em 1942. Os Estados Unidos não possuem mais o controle incontestável do mar e do ar ao longo do corredor de mais de 1500 quilômetros de oceano de fronteira com a China. Explorando vantagens assimétricas, a China capitalizou com sua proximidade geográfica do campo de batalha, que oferece, como observa um planejador naval, uma massa de terra equivalente a um milhão de porta-aviões. Com um arsenal de mísseis milhões de dólares, ela pode atacar e afundar porta-aviões de muitos bilhões de dólares”. (...)

“Para os Estados Unidos, isso representa a perspectiva de um conflito convencional, que de fato o país pode perder”. (...) “É claro que o fato de a China desejar ser capaz de combater e vencer não significa que queira combater. Claramente, não quer. Mas à medida que vai em busca de seus objetivos, sua rivalidade com os Estados Unidos se agrava por diferenças culturais profundas. Esse choque de culturas nunca foi tão significativo para o mundo quanto hoje”.

“Quando Nixon e Kissinger começaram a explorar a abertura à China, ninguém imaginou que em uma geração o país pudesse produzir uma economia tão grande e poderosa quanto a norte-americana. O foco estava no adversário soviético dos Estados Unidos e o objetivo era ampliar a insipiente cisão sino-soviética no bloco comunista. E funcionou”. (...)

“Nas três décadas e meia após Ronald Reagan se tornar presidente, segundo os melhores medidores de desempenho econômico, os resultados da China em relação aos dos Estados Unidos saltaram de 10% para 60% em 2007; 100% em 2014; 115% atualmente”. (...)

“Essas enormes vantagens econômicas, políticas e militares criaram um mundo que os líderes americanos não são capazes de imaginar atualmente. Suas concepções de ordem internacional partem da primazia militar americana. Mas por que Washington possui a força militar predominante no mundo hoje? Porque ao longo das últimas três décadas o país investiu muito mais em defesa que todos os competidores. O orçamento de defesa americano de 2016 excedeu a soma dos orçamentos de defesa da China, Rússia, Japão e Alemanha”. (...)

“As dramáticas mudanças na economia global dificultam cada vez mais a manutenção de uma ordem mundial ditada pelos Estados Unidos. Nos anos transcorridos entre a crise financeira de 2008 e a recessão global, líderes de todas as nações insistiram que sua maior prioridade era o crescimento econômico. Porém, a taxa de crescimento despencou nas principais economias mundiais. O crescimento norte-americano ficou estagnado, mal se segurando na média de 2%. As economias europeias se saíram ainda pior, com o PIB total ficando abaixo de seu nível pré-recessão até 2016”. (...) “Embora sua taxa de crescimento tenha caído após a crise econômica de 2008, a China continuou a crescer a uma média superior a 7%. Como resultado, 40% de todo o crescimento no mundo desde 2007 ocorreu em um único país. Comparando o poder de dois competidores, o que importa não é o crescimento absoluto, mas o relativo em que medida o crescimento do outro é mais rápido que o seu. Com esse abismo de crescimento, o desempenho chinês é ainda mais impressionante. Desde a crise financeira, essa diferença entre China e Estados Unidos na verdade aumentou – de uma média de 6% mais rápido que os Estados Unidos na década anterior a 2007 para mais de 7% nos anos desde então”. (...)

“Ninguém duvida que o envolvimento da China trouxe imensos benefícios para as empresas norte-americanas que terceirizam os trabalhadores chineses de baixo custo em sua

produção, assim como para os consumidores que compram seus produtos dos Estados Unidos. A salvaguarda contra um adversário tão formidável permitiu ao Pentágono justificar um orçamento anual de 600 bilhões de dólares, bem como os principais sistemas de armas aos quais os serviços militares estão conectados”. (...)

“Na China, a política americana busca essencialmente agarrar ao status quo: a Pax Americana, estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. Repetida e acertadamente, Washington lembra os chineses de que isso permitiu a mais longa paz e o maior crescimento de bem-estar econômico que as nações asiáticas – e especificamente a China – já tinham visto. Mas esse status-quo não pode ser sustentado quando a balança do poder econômico pende tão dramaticamente a favor da China”. (...)

“A guerra entre Estados Unidos e China não é inevitável, mas é possível. De fato, como esses cenários ilustram, o estresse subjacente criado pela ascensão perturbadora da China gera condições em que eventos acidentais e, de outro modo, inconsequentes poderiam acionar um conflito em larga escala.

Ao fazer suas escolhas – reagir a intimidações, respeitar tratados firmados há muito tempo ou exigir o respeito que sua nação merece –, líderes de ambos os lados podem cair na armadilha que eles sabem que existe, mas acreditam poder evitar. O avanço inexorável de novas tecnologias, de armas antissatélite e cibernéticas a outras cujos nomes permanecem confidenciais multiplica efeitos que não serão inteiramente compreendidos antes de serem usados em um conflito real. Nas atuais trajetórias, uma guerra desastrosa entre Estados Unidos e China nas décadas por vir não só é possível, como também mais provável do que a maioria de nós está disposta a admitir”.

(As citações foram extraídas do livro “A Caminho da Guerra. Os Estados Unidos e a China não conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?”, de Graham Allison, Editora Intrínseca Ltda., 2020. A edição original é de 2017).

Reproduzimos o artigo sobre a Revolução Chinesa, publicado no Jornal Massas nº 725, de outubro de 2024. O POR sempre reconheceu a importância estratégica da Revolução Chinesa como parte da Revolução Russa e da revolução mundial.

75 anos da Revolução Chinesa

Em 25 de outubro, a Revolução Russa completará 107 anos. Trinta e dois anos depois, portanto, em 1º de outubro de 1949, triunfou a Revolução Chinesa. Constituíram-se nos dois grandes acontecimentos históricos da primeira metade do século XX. Tiveram em comum a expropriação dos grandes proprietários, a nacionalização econômica, o estabelecimento das bases da economia planificada e a adoção do monopólio do comércio exterior. Assim, as revoluções russa e chinesa expressaram a transição do capitalismo ao socialismo. Para que o proletariado, tanto russo quanto chinês, derrubasse o poder dos exploradores foi necessário derrotar o imperialismo. Os confrontos anti-imperialistas se deram nos marcos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

A interdependência da Revolução Russa e Chinesa se configura como um único processo da revolução mundial. Outras revoluções ocorreram ou foram derrotadas no mesmo terreno da luta mundial do proletariado e da maioria oprimida para se libertarem da escravidão capitalista. Pela dimensão das duas revoluções, romperam dois elos mais frágeis da cadeia mundial do capitalismo e da dominação imperialista. As revoluções do século XX, de conjunto, tendo à frente as revoluções russa e chinesa, assentaram, portanto, os fundamentos da transição do capitalismo ao socialismo.

A Primeira e Segunda Guerras Mundiais evidenciaram que o capitalismo da época imperialista – iniciado no final do século XIX – corresponde ao mais alto desenvolvimento das forças produtivas, que, para se manterem e progredirem, dependem da transformação histórica do regime social. As duas guerras mundiais se tornaram inevitáveis precisamente devido ao bloqueio das forças produtivas, que passaram a se chocar com as relações capitalistas de produção e distribuição, bem como com as fronteiras nacionais. Em contraposição, as revoluções proletárias deram início ao movimento histórico de superação das contradições do capitalismo, que levam à decomposição e destruição de forças produtivas.

Os choques e confrontações das potências imperialistas contra as transformações revolucionárias ocorrem no âmbito das relações mundiais. A Revolução Russa colocou para a classe operária

e demais trabalhadores, em toda a parte, que a sua afirmação e sustentação passavam a depender, em grande medida, das revoluções socialistas. As derrotas do proletariado na Europa, entre as guerras mundiais, expuseram os perigos que corriam as conquistas da Revolução Russa. A vitória da Revolução Chinesa, ao contrário, enfraqueceu a dominação imperialista. Recolocou a projeção do internacionalismo proletário. Da unidade da revolução russa e chinesa – não só do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, mas também das ações voltadas a combater o cerco imperialista e a fortalecer o movimento mundial das massas –, dependia o avanço da transição do capitalismo ao socialismo ou de sua interrupção.

O objetivo estratégico do imperialismo era o de destruir os estágios alcançados pelas revoluções, o que implicava finalmente a restauração capitalista. O sistema de economia plenamente estatizada, nacionalizada, planificada e garantida sua independência pelo monopólio do comércio exterior teria de alguma forma ser desmoronado e, em suas entranhas, restabelecidas as relações privadas de propriedade e de economia de mercado. Esse caminho era o de reestruturar a burguesia interna, sujeita às determinações mundiais do capitalismo.

Os obstáculos e impedimentos à unidade revolucionária entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o Estado operário que se ergueu com a Revolução Chinesa logo se mostraram decisivos para os objetivos da contrarrevolução. Observa-se que a consolidação da burocracia estalinista e a degeneração do regime soviético foram fatais, tanto para a nova ordem social criada pela Revolução Russa quanto pela Revolução Chinesa. Mais precisamente, durante e posterior à Segunda Guerra Mundial, a política de Stalin levaria a URSS a se sujeitar aos ditames da aliança imperialista conduzida pelos Estados Unidos.

A influência dessa política de convivência pacífica com as forças da contrarrevolução mundial comprometeria o Partido Comunista Chinês (PCC) e o seu regime político imediatamente burocratizado. Foi muito importante o apoio da URSS à organização da economia chinesa arruinada pela guerra imperialista e civil, mas os condicionamentos impostos pela ditadura burocrática soviética favoreceram as tendências nacionalistas do maoísmo.

A ruptura sino-soviética, que se gestou após a morte de Stalin em 1953 e se consolidou em 1969 na forma de conflito militar, serviu à estratégia do imperialismo de impulsionar as forças da restauração capitalista. Não foi preciso ir às últimas consequências com os métodos da guerra imperialista, apesar dos Estados Unidos terem se preparado para isso, lançado a “Guerra Fria” e criado a OTAN. Exploraram as contradições internas da economia fechada em suas fronteiras nacionais e cercada pelo poder do capital financeiro e monopolista internacional.

As ditaduras burocráticas sufocaram a organização da classe operária. Colocaram-se no campo da contrarrevolução mundial. O processo de restauração levou à liquidação da URSS, correspondendo à mais completa negação da Revolução Russa e internacional. Concomitantemente, armava-se o processo de restauração capitalista na China. Com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, a fração mais revisionista e pró-capitalista do Partido Comunista Chinês dará os passos mais decisivos no sentido da restauração.

A ascensão de Deng Xiaoping, restauracionista inveterado, como sucessor de Mao, estabeleceu o marco de subordinação da economia chinesa aos condicionamentos do imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos. Assim se passou porque, no final do governo de Mao, já se tomavam decisões no sentido de abrir a China para a penetração do capital externo. O plano de reformas de 1978, voltado ao estabelecimento da economia de mercado, abriu o caminho para o desmonte da economia nacionalizada, planejada e protegida pelo monopólio do comércio exterior. As medidas restauracionistas se iniciaram pela remoção das comunas agrárias e foram às últimas consequências com a privatização das estatais consideradas não-estratégicas, estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais, abertura para a penetração do capital multinacional, criação do sistema financeiro, estruturação do mercado de capitais, ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) etc.

Essas mudanças profundas implicaram a migração forçada de milhões camponeses para os centros urbanos, liberação da força de trabalho a ser explorada, o fim do emprego vitalício, a formação de um exército de desempregados e os contratos temporários. Desenvolveram-se milhões de empresários, constituiu-se uma camada rica oligárquica e potencializou-se uma classe média consumidora. Assim, as reformas restauracionistas impulsionaram a exploração da força de trabalho e, portanto, as diferenciações e desigualdades sociais. Os baixos salários atraíram as multinacionais e permitiram expandir o empresariado chinês.

A China, com uma população de mais de 1,4 bilhão, na atualidade, se tornou, a partir de meados da década de 1970, o epicentro dos interesses do capital financeiro e monopolista. A sua mais completa integração na economia mundial lhe permitiu expandir seu gigantesco mercado interno e transformar-se em uma potência exportadora e importadora. A emergência da China como uma alavanca das forças produtivas comprimidas - ao ponto de levar o imperialismo às duas grandes guerras - se deu nas condições de estagnação e retrocesso das velhas potências europeias e dos Estados Unidos. Nos últimos quarenta anos, a Europa que detinha 26% do PIB mundial passou para 15%; e os Estados Unidos, de 21% para cerca de 16%; e a China, que em 1978 participava com apenas 1,7% (US\$ 149,5 bilhões), saltou para 16,9% (US\$ 17,8 trilhões) em 2023. Outros países asiáticos, como a Índia, também elevaram sua participação no PIB mundial.

O fundamental, porém, está em que a China deu um grande salto à frente em suas forças produtivas, inserindo-se nas relações capitalistas mundiais e impulsionando a economia de mercado. O restabelecimento da propriedade privada dos meios de produção e a liquidação das conquistas da revolução de 1949 foram levados a cabo pelas reformas pró-capitalistas da burocracia chinesa sob a direção do Partido Comunista, cujo nome deixou de corresponder à luta revolucionária do proletariado e campesinato que venceram o Kuomintang e derrotaram a intervenção imperialista. Desde as reformas de Deng Xiaoping, a China se destacou com um

crescimento virtuoso quando a economia mundial se encontrava bloqueada e em declínio. As transformações ocorridas na China com a Revolução de 1949 acabaram por ser apropriadas pela burocracia do Partido Comunista e utilizadas para realizar o restabelecimento das relações capitalistas de produção em um nível superior ao que se encontrava o país anterior à revolução.

A restauração capitalista tanto na China quanto na ex-URSS serviu de válvula de escape para os impasses da economia mundial do pós-Segunda Guerra. A hegemonia norte-americana e seu objetivo de destruir as conquistas revolucionárias do proletariado em um primeiro momento pareciam assegurar o equilíbrio montado pelas potências imperialistas vencedoras da guerra. O espaço de crescimento econômico da China das últimas décadas vem se esgotando. E, ao mesmo tempo, recrudescendo os choques com as barreiras montadas pelo imperialismo. A guerra comercial substituiu o período de aproximação e boa vizinhança da China com os Estados Unidos. O mesmo se passou com a Rússia, que foi sendo acossada e cercada pela aliança imperialista que comanda a OTAN.

Neste momento, quando a Revolução Chinesa chegou aos seus 75 anos e a Revolução Russa, aos 107 anos, o capitalismo se encontra mergulhado na decomposição - eleva a superexploração, aumenta o precipício entre a riqueza ultraconcentrada e a pobreza disseminada, retoma as tendências mundiais da guerra e impulsiona uma nova etapa da escalada militar. Na Europa, a guerra na Ucrânia, iniciada a quase três anos, tende a se generalizar. No Oriente Médio, a guerra desfechada na Faixa de Gaza envolve cada vez mais toda a região. Na Ásia oriental, a guerra comercial dos Estados Unidos com a China reativa a escalada militar. No centro da tormenta, estão os Estados Unidos e sua aliança imperialista forjada durante e após a Segunda Guerra Mundial. O clima de confrontação dos Estados Unidos e aliados com a Rússia e a China atingiu o ponto de se ativar os programas nucleares. Os Estados Unidos agem no sentido de bloquear e retroceder a ascensão mundial da China e destroçar o que resta de controle da Rússia na Eurásia. A perspectiva é de aumento das tensões no campo dos interesses da burguesia e, em particular, do imperialismo.

O fracasso da convivência pacífica e a transformação da guerra comercial em choques militares entre Estados expõem o esgotamento do capitalismo e a impossibilidade de a restauração capitalista servir a seu rejuvenecimento. O genocídio na Faixa de Gaza, a expansão da guerra no Oriente Médio, o prolongamento da guerra na Ucrânia e o empenho dos Estados Unidos em bloquear as forças produtivas desencadeadas na China colocam objetivamente que o capitalismo envelhecido carrega em suas entranhas as revoluções proletárias e a sua transição para o socialismo.

Ao mesmo tempo, a classe operária e os demais explorados se encontram desorganizados, dispersos e controlados pelas variantes da política burguesa. O problema está em reerguer a vanguarda revolucionária, que deve assimilar as lições das Revoluções Russa e Chinesa e compreender os motivos históricos da atual crise de direção. Esse objetivo será assumido em meio à convulsiva situação mundial. A clareza programática e dos princípios fundados nas revoluções proletárias, principalmente na Revolução Russa, em que se forjou a coluna vertebral do marxismo-leninismo-trotskismo, é o guia para a vanguarda enfrentar a crise de direção, construindo os partidos revolucionários e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É o com o programa da revolução social que o proletariado combaterá o domínio imperialista e reagirá à restauração capitalista.

Os 75 anos da Revolução Chinesa e os 107 da Revolução Russa devem ser tomados como um momento para verificar o quanto é necessário não perder de vista as conquistas das revoluções proletárias e empreender a tarefa de reconstituir o campo da transição do capitalismo ao socialismo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 725, órgão do Partido Operário Revolucionário)

Nesta edição:

Palestina - Ato em apoio à Palestina em São Paulo; Declaração do POR - Somente uma República Socialista da Palestina por fim à opressão sobre o povo palestino; Debate com Ilan Pappé;

Bolívia - O voto nulo é uma rejeição a Evo, aos falsos socialistas e à velha direita neoliberal; Pronunciamento;

Chile - Confronto entre Jeannette Jara e Kast é luta política burguesa;

36 anos do POR do Brasil;

Notas sobre uma edição brasileira antiga da obra "A Revolução Desfigurada", de Leon Trotsky;

33 anos do URSS - "Os Soviéticos".

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Ato em apoio à Palestina, apesar de esvaziado, denunciou o genocídio

No dia 9 de agosto ocorreu em São Paulo um novo ato em apoio à Palestina. O POR esteve presente com seu manifesto. O ato contou com menos de uma centena de pessoas, número muito diferente do anterior, que ocorreu no dia 15 de junho com dezenas de milhares. Essa mudança se deve à ausência da mobilização das bases pelas direções dos sindicatos, movimentos populares e estudantes e mesmo dos partidos políticos e parlamentares. Mesmo os centros acadêmicos da USP, que durante a semana anterior organizaram eventos ligados ao tema, não estiveram presentes. O avanço da mortandade pela fome na Faixa de Gaza, que tem feito com que a imprensa burguesa tenha dificuldades de manter sua posição de apoio irrestrito ao sionismo neste momento – o jornal Folha de São Paulo chegou até a publicar uma matéria sobre a manifestação no dia anterior –, não foi suficiente para modificar a posição de passividade criminosas das direções políticas, das quais muitas nem sequer enviaram uma representação. O apoio apenas em palavras vem sendo denunciado pelo POR em seus materiais desde o início das manifestações e se estende também ao governo Lula.

O ato ocorreu em um sábado na Faria Lima, importante avenida empresarial da cidade e bastante movimentada durante a semana, mas esvaziada aos finais de semana. A localização foi ruim porque não projetou o movimento já que, apesar de ser em frente a Secretaria da Presidência em uma importante avenida, o prédio estava vazio, poucos trabalhadores transitavam pelo local e, com poucos manifestantes, não foi bloqueada a avenida. Para tentar dar visibilidade, uma representação de barril de petróleo com sangue de 5 metros de altura foi inflada, mas não mudou em nada o caráter diminuto da manifestação.

Durante o ato, diversas falas cobraram do governo o rompimento das relações com Israel, principalmente a suspensão do envio de petróleo que abastece os tanques sionistas. Lula ao ficar apenas no discurso acaba sendo conivente com o genocídio em curso. O que vale também para as direções políticas que não mobilizam suas bases. Sem a massificação da luta, não será possível impor ao governo burguês de frente ampla de Lula/



Alckmin o rompimento de relações. O Estado sionista é financiado e suportado pelo imperialismo estadunidense. O recente ataque de Trump de tarifação dos produtos brasileiros, a resposta do governo e as declarações dos setores burgueses nacionais mostram o quanto a burguesia nacional é submetida ao imperialismo ianque e incapaz de defender até mesmo a soberania nacional.

É urgente que as direções sindicais e populares saiam da passividade e convoquem um Dia Nacional de Luta com greves, bloqueios e paralisações. É preciso defender o internacionalismo proletário erguendo uma frente única anti-imperialista, com as reivindicações mais sentidas da maioria explorada, contra o genocídio do povo palestino, contra as guerras de dominação e contra a guerra comercial travada pelo governo Trump, que ataca toda a economia mundial!

Abaixo, segue a transcrição da intervenção oral do POR na manifestação:

Boa tarde, camaradas, o Partido

Operário Revolucionário está aqui presente nesse ato.

Temos visto nos últimos dias um avanço de Israel no sentido de ocupar militarmente completamente e anexar a Faixa de Gaza. Vemos a burguesia de diversos países e a mídia burguesa dizendo que Israel está exagerando, colocando essa ação como um erro de Israel. Mas já vimos nesse período todo qual é o papel que as instituições da burguesia têm cumprido.

A ONU, o Tribunal Penal Internacional condenaram Netanyahu. Mas o que fizeram efetivamente? Qual poder tiveram efetivamente de parar com esse massacre do povo palestino?

E por que essas instituições não tiveram a força, o poder efetivo de acabar com esse genocídio? Porque quem garante que Israel, que os sionistas, continuem avançando, massacrando os palestinos, são os Estados Unidos. É o imperialismo estadunidense que dá armas e que garante que possa continuar esse massacre criminoso.



Temos visto bastante um paralelo desse massacre com a apartheid. Mas o que está sendo feito efetivamente para combatê-lo? Os Estados Unidos estão conseguindo garanti-lo e nenhum governo burguês de fato está conseguindo combatê-lo, se é que tem interesse.

Trump e os Estados Unidos têm avançado contra todos os países com a taxaço. O Brasil virou recentemente um desses alvos. E como vamos responder? Vemos a impotência da classe dominante de todos os países para responder ao avanço da barbárie capitalista com a guerra na Ucrânia, o massacre na Palestina e o ataque à economia mundial.

É por isso que dizemos que é preciso confiar nas nossas próprias forças, que é importante ir pra rua. É por isso que é fundamental nos colocarmos em luta com ação direta, que os

sindicados, as centrais sindicais, os movimentos sociais, as entidades estudantis se somem a essa luta, que convoquem as suas bases, que venham pra cá. Pra massificar a luta, em defesa do internacionalismo.

Temos que defender o povo palestino, assim como combater contra o ataque dos Estados Unidos ao Brasil, à economia nacional. E como podemos fazer esse combate internacionalista? É preciso erguer em todo mundo a frente única anti-imperialista. É através dos comitês de frente única anti-imperialista que vamos conseguir, através da luta direta, pressionar o governo que não está rompendo as relações com Israel.

Lula falou que não vai mais vender armas para Israel. E companheiros colocaram aqui: “mas isso é suficiente? Por quê que continua exportando o petróleo para Israel?”. Se conseguirmos massificar a luta, vamos impôr ao governo que rompa as relações com Israel. Conseguiremos, através das nossas próprias forças, lutar pelo internacionalismo proletário contra todo o ataque à economia mundial e contra esse genocídio bárbaro que continua a cada dia.

Então, o POR vem aqui colocar que é preciso defender a frente única anti-imperialista e que o povo palestino vai ser livre quando construirmos uma república socialista na Palestina, quando expulsarmos o imperialismo do Oriente Médio, quando lutarmos pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse é o recado do POR, obrigado camaradas.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Somente uma República Socialista da Palestina porá fim à opressão sobre o povo palestino

Pelo fim imediato da intervenção militar na Faixa de Gaza!

Não ao genocídio dos palestinos!

***Combater a anexação pelo Estado Sionista de Israel do que resta do território ao
povo palestino!***

Rechaçar a farsa dos dois Estados montada pelas potências imperialistas!

Enfrentar a capitulação da feudal-burguesia árabe e de seus governos!

***Erguer em todo o Oriente Médio a frente única anti-imperialista, para combater a
dominação dos Estados Unidos e dos seus aliados!***

A utilização do cerco econômico e a imposição da fome como armas de guerra não é nova. Os palestinos foram empurrados pela força das armas e dos massacres a subsistirem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Esse foi o caminho estabelecido pelo movimento sionista e pela criação do Estado de Israel pelas mãos do imperialismo norte-americano, vencedor da Segunda Guerra Mundial.

Os israelitas somente puderam vencer as guerras contra a resistência dos palestinos e dos povos árabes munidos das armas e das finanças das potências. A cada vitória da burguesia sionista, ficava patente que Israel iria se expandir por todo o território

historicamente habitado pela maioria palestina. A cada parte do território ocupado, se evidenciava a importância estratégica do Estado Sionista para a dominação norte-americana no Oriente Médio, que se projetou a partir das décadas de 1950 e 1960.

À medida que o nacionalismo árabe declinava e cedia ao avanço das forças econômicas e militares dos Estados Unidos e aliados europeus, mais se potenciava o seu intervencionismo militar. A guerra do Golfo e a guerra do Iraque marcaram a fundo a dominação norte-americana no Oriente Médio pela via dos bombardeios e pela ocupação militar. É sobre essa base que o Estado Sionista se fortaleceu e se tornou um fator de grande

importância para a expansão da intervenção na Faixa de Gaza em guerra no Oriente Médio.

Os ataques israelense-norte-americanos às usinas atômicas do Irã não esgotaram os perigos de uma conflagração em toda a região. Mas, certamente, indicaram o enfraquecimento das forças nacionalistas que amparam os palestinos da Faixa de Gaza e dificultaram o avanço da colonização da Cisjordânia.

A feudal-burguesia árabe se adaptou profundamente à militarização norte-americana do Oriente Médio e acomodou os seus interesses econômicos aos desígnios dos Estados Unidos. É o que mostra o Acordo de Abrahão, interrompido pela eclosão da catastrófica intervenção das Forças de Defesa de Israel na Faixa de Gaza e seus ataques ao Líbano, Síria, Iêmen e Irã, logo após a operação militar do Hamas em Israel, em 7 de outubro de 2023.

A matança e destruição de grande parte da Faixa de Gaza foram longe demais para a burguesia sionista, o governo de Netanyahu e os Estados Unidos recuarem no processo de anexação. O problema, no entanto, está em que o terror da fome desfechado contra a população da Faixa de Gaza ampliou o terror da carnificina, que vem se acumulando e avançando para o número de setenta mil mortos, que vão sendo contabilizados dia a dia, cuja maioria é de civis, mulheres, crianças e velhos.

Os governos europeus se ressentem do clamor das populações inglesa, alemã, francesa, espanhola etc. que estão cada vez mais assombradas com a barbárie instalada na Faixa de Gaza. Os apoios da burguesia europeia ao Estado sionista e aprovação da política sanguinária de Trump em relação ao povo palestino chegaram ao limite de ser responsabilizada pelo genocídio. O alinhamento da França, Alemanha e Reino Unido em torno ao cínico reconhecimento de um Estado palestino não alterou a disposição dos Estados Unidos continuarem com a saga macabra de Israel.

A Liga Árabe, representando 22 países-membros, assumiu o papel de promotora do imperialismo europeu. Na Conferência da ONU, realizada em Nova York, os governos árabes condenaram o Hamas, exigiram que depusesse as armas e libertasse os reféns. Eis a infame declaração: “No contexto do fim da guerra, o Hamas deve encerrar seu domínio em Gaza, e entregar as armas à Autoridade Palestina, com envolvimento e apoio internacional, em consonância com os objetivos de um Estado palestino soberano e independente”. Os 27 países da União Europeia e outros países como o Brasil assinaram esse ultimato de rendição do Hamas e sua extinção como força governante.

A maioria dos países há muito se posicionou a favor de um Estado palestino. A decisão da ONU em criar o Estado de Israel previa a divisão da Palestina e a existência de um Estado palestino. Depois das duas guerras de Israel como países árabes, se chegou ao acordo de Oslo. A OLP depôs as armas e reconheceu o Estado de Israel. O Estado palestino não foi criado. A Cisjordânia passou a ser governada pela Autoridade Palestina, abençoada pelo capital europeu e acoçada pela colonização sionista. As revoltas populares, as intifadas, foram esmagadas. Israel cercou a Faixa de Gaza e passou a sufocar sua vida econômica e social.

O dia 7 de outubro de 2023 representou a explosão da panela de pressão. E a intervenção de Israel consubstanciou a tendência histórica de anexação do território da Palestina pelo Estado sionista, desde a sua implantação e sua confirmação como enclave dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Porta vozes do imperialismo norte-americano, que não comungam com a política de Trump, igualam o governo ultradireitista de Netanyahu e o Hamas, para culpar os dois opositores. Advogam mudar o governo em Israel e castrar o Hamas, de forma que assim se ergueria um Estado palestino. Não dizem que o responsável dos responsáveis pela guerra são os Estados Unidos. São os responsáveis pelo expansionismo sionista. São os responsáveis pela força política alcançada pela ala sionista mais ortodoxa e fascizante no interior do Estado de Israel.

O Hamas sofreu uma retaliação militar que o impossibilitou de provocar duros reveses às forças sionistas. Foi isolado das forças de apoio. Mas não se rendeu. O que explica tamanha consistência é o sacrifício dos palestinos da Faixa de Gaza em não entregar seu exíguo território. Nem a carnificina diária, nem a fome coletiva quebrou a força existencial de um povo que, desde 1948, se defende contra o sionismo colonialista, posto a serviço das potências imperialistas, que passaram a dominar o Oriente Médio desde a Primeira Guerra Mundial.

Israel e os Estados Unidos quebraram o primeiro acordo de cessar-fogo e assim mostraram que a obstinação em liquidar fisicamente o Hamas e anexar a Faixa de Gaza corresponde à necessidade do imperialismo norte-americano de se impor em larga escala no Oriente Médio. Não haverá um “Estado palestino soberano e independente”, como promete a declaração da Liga Árabe e da União Europeia.

Os palestinos desarmados e famintos não poderão suportar indefinidamente o sacrifício. A Liga Árabe conta com a convicção da Autoridade Palestina, que, por sua vez, conta com o amparo do imperialismo europeu, para impor suas condições de rendição. Os palestinos da Faixa

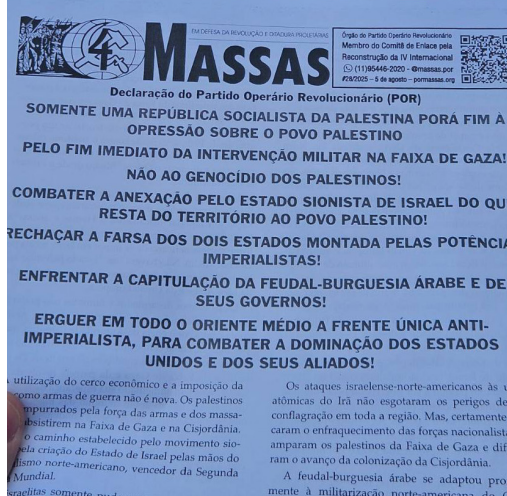
de Gaza e da parcela revoltada da Cisjordânia têm alimentado sua esperança de retirada de Israel devido ao apoio mundial das massas oprimidas. Mesmo em Israel, cresce a condenação ao genocídio.

A resposta à farsa dos dois Estados está em potenciar a luta de classe mundial contra a dominação imperialista. A vanguarda que luta contra o genocídio e pela autodeterminação do povo palestino tem a seu favor os acontecimentos históricos que comprovam a tese de que a unidade entre os povos oprimidos será alcançada pela via da revolução social. A catástrofe dos palestinos não tem sido em vão. Prepara o caminho da luta por uma República Socialista da Palestina, como parte do programa que estabelece o objetivo histórico de alcançar os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Viva a luta heroica do povo palestino!

Unir os explorados na frente única anti-imperialista!

Derrotar e expulsar as forças do imperialismo do Oriente Médio!



POR participa de debate com Ilan Pappé sobre o genocídio na Palestina

No dia 6 de agosto, ocorreu o ato “Da limpeza étnica ao genocídio na Palestina”, na Faculdade de Direito da USP, com a presença do historiador israelense Ilan Pappé. A mesa também contou com Soraya Misleh, da Frente Palestina, representantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, professores da FFLCH/USP e da FD/USP, a advogada Maira Pinheiro, Ualid Rabah, da FEPAL e Francisco Rezek, ex-Ministro do STF. O ato fez parte de uma série de eventos que ocorreu na semana, organizada pelo Centro de Estudos Palestinos, vinculado à FFLCH, além do lançamento de dois novos livros pelo historiador.

Ilán Pappé é um historiador crítico ao Sionismo, com diversos livros publicados, nos quais desmascara os mitos utilizados para justificar a ocupação do território palestino. Trouxe mais de uma vez a ideia de Israel ser uma representação do “Ocidente” e do “Norte global”, se referindo aos países imperialistas europeus e aos EUA. Pappé defendeu que o não reconhecimento da limpeza étnica em curso dificulta uma possível solução para o conflito. Outro ponto levantado por ele foi a importância da unificação das lutas. Ele concluiu sua fala explicando que a luta em defesa da Faixa de Gaza não deve recair apenas sobre o povo palestino, mas sim ser levantada pelos povos oprimidos do mundo, unificando esse combate à luta em torno à questão climática e contra a desigualdade social.

O historiador acertou ao dizer que as lutas devem ser unificadas e não travadas de forma isolada: a raiz de todos esses conflitos está nos interesses do imperialismo em manter o controle das matérias-primas e submeter os países semicoloniais ao domínio imperialista. Porém, apesar de denunciar o papel do imperialismo e colocar a necessidade de uma luta unificada contra a opressão nacional, sua conclusão deixou em aberto qual bandeira deve ser levantada em resposta. Esteve ausente a bandeira da Frente Única Anti-Imperialista, única forma de combater o Estado Sionista de Israel e as potências imperialistas que o sustentam, consigna que deve também ser levantada na guerra da Ucrânia e contra as taxas do governo Trump.

O debate levantado por Ilan Pappé se manteve nos marcos acadêmicos, colocando em destaque a importância da utilização dos termos corretos, como “genocídio”, para descrever as ações dos sionistas em Gaza. Denunciou que em países imperialistas como os EUA, Inglaterra e Alemanha, os pesquisadores e as universidades estão sendo censurados por esse motivo, exaltando a importância de a USP ter permitido que aquele tipo de evento acontecesse. Durante a sua fala, no entanto, chegou a se questionar sobre o quanto exigir o uso desses termos seria suficiente para resolver o conflito na região - questionamento levantado também pela Maira Pinheiro. Essa hesitação revelou a limitação política dos oradores.

Quanto à importância de exigir dos países, e do governo Lula especificamente, o rompimento das relações econômicas com Israel, houve unanimidade entre os presentes na mesa. O problema, de modo geral, esteve na questão dos métodos de luta. Ou seja, como combater o genocídio e como obrigar os governos a romperem com o Sionismo. Parte desse problema reside em definir as forças sociais capazes de empunhar essas bandeiras. Os intelectuais da pequena-burguesia, por mais progressistas que sejam as suas ideias, acabam esbarrando nessa limitação.

O POR esteve presente no ato com o Jornal Massas, sua banca de materiais e seu manifesto. Nele está presente a bandeira da Frente Única Anti-Imperialista, sob a direção da classe operária, além da defesa da revolução social como única forma de libertar os povos oprimidos do Oriente Médio e do mundo. A estratégia deve ser a da constituição da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Trata-se de erguer a luta no campo da independência de classe, sem alimentar qualquer confiança nas instituições da burguesia, a exemplo da ONU, que já se provaram impotentes na solução do conflito na Palestina. É preciso mobilizar os explorados com os métodos de luta históricos do proletariado, como as greves, ocupações etc., tomando como ponto de partida as reivindicações elementares das massas, como a defesa dos empregos, salários e direitos, ligando essa mobilização ao combate às guerras de dominação.

Publicamos a posição do POR boliviano diante das eleições presidenciais, que ocorrerão no dia 17 de agosto

O voto nulo é uma rejeição a Evo, aos falsos socialistas e à velha direita neoliberal

Evo Morales, devido a que não pode ser candidato, agora tenta oportunisticamente se pendurar no voto nulo, buscando aproveitá-lo para enganar e dizer que todos os votos nulos seriam dele.

Mas, a realidade é que o voto nulo expressa a rejeição a Evo e a toda a velha direita neoliberal representada por Doria Medina, Tuto, Manfred etc. e a falsa esquerda Andronico, Del Castillo.

O voto nulo e branco expressa o desencanto da população com candidatos que servem a seus interesses pessoais e das empresas multinacionais e nacionais. Que não são capazes de resolver problemas como a falta de emprego estável, os baixos salários, o aumento de preços, o atraso e a miséria.

Pela sua própria experiência, as pessoas entendem que votar

não resolve nada. Na realidade, as pessoas não os elegem, mas sempre querem fazer valer a ideia de que o povo os elegeu.

Para não ser uma escada para alguns ou outros que querem o poder e depois esquecem a população, você pode votar nulo e se preparar para lutar em defesa da estabilidade no emprego, eliminação das contratações temporárias, estatização do ouro, do agronegócio e dos bancos. Para que os dólares gerados pelas exportações permaneçam no país e não nas mãos dos capitalistas. (De: EL ESMERIL N0159, 11/08/25, P.O.R.-Santa Cruz)

Vote nulo!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2847, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Pronunciamento da Federação de Trabalhadores da Educação Urbana de Chuquisaca | 09/2025

A Federação de Trabalhadores da Educação Urbana de Chuquisaca, fiel à tradição de luta e combatividade do movimento operário boliviano, se dirige à classe operária e ao povo para denunciar os últimos fatos perpetrados por membros da direção da Central Operária Departamental de Chuquisaca (COD), que cederam terreno à política burguesa e colocaram em risco a independência político-sindical conquistada com anos de luta, e emite a seguinte declaração:

Desde 2017, a COD Chuquisaca defende firmemente a independência político-sindical, tornando-se uma referência para o resto das organizações sindicais do departamento e do país. Nem o MAS nem a velha direita conseguiram arrebatá-los este princípio, que é patrimônio dos trabalhadores de Chuquisaca. Essa independência não foi um presente: foi sustentada com luta, coerência e resistência contra aqueles que buscavam usar a organização operária para seus interesses pessoais ou eleitorais.

A independência política não é um ornamento: é um princípio vital para a defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo contra qualquer governo burguês, seja qual for a sua cor.

Hoje, com as eleições presidenciais se aproximando, assistimos a um retrocesso vergonhoso. Apesar do último Congresso Ordinário da COD ter estabelecido claramente que a farsa eleitoral não resolverá os problemas estruturais do país, alguns dirigentes, arrastados pelos empresários e pelo Comitê Cívico, decidiram se juntar ao circo eleitoral, organizando atos para assinar compromissos com candidatos patronais e reciclados como Manfred Reyes Villa e Samuel Doria Medina.

Essa ilusão reformista e servil ignora uma verdade elementar para todo operário consciente: todo governo capitalista, independentemente de sua face, defende os interesses da burguesia nacional e estrangeira. Prometerão "desenvolvimento" e "progresso" na campanha, mas quando chegarem ao poder aplicarão planos de ajuste, precarização e entrega de nossos recursos naturais às empresas multinacionais.

Advertimos aos dirigentes: nenhum compromisso firmado com os representantes da burguesia vai deter as políticas de fome, exploração e pilhagem que serão aplicadas por qualquer um desses candidatos ao poder.

Os trabalhadores já têm bastante experiência com os nefastos governos do MAS que, disfarçados de esquerdistas e falsos socialistas, fizeram promessas intermináveis e assinaram compromissos com os trabalhadores que nunca cumpriram porque continuaram vinculados aos interesses dos ricos e poderosos. A realidade não será diferente com outro governo burguês, já que todos os candidatos já anunciaram que vão descarregar a crise nas costas do povo desvalorizando a moeda, eliminando o subsídio (gasolinazo), privatizando empresas estatais, aplicando uma dura flexibilização trabalhista e reduzindo o orçamento para educação e saúde.

Desde as bases dos explorados, sustentamos que a tarefa central da classe operária não é colocar esperanças nas urnas burguesas. Que ninguém se deixe enganar! Tuto, Doria Medina, Manfred, Andrónico ou Del Castillo são rostos diferentes do mesmo projeto antioperário. A função dos trabalhadores não é servi-lhes de escada, mas organizar a resistência, defender as conquistas e preparar a luta por um verdadeiro governo operário.

Por isso, exigimos que a direção da COD retifique seu curso, cumpra as resoluções do último Congresso e convoque imediatamente uma reunião departamental ampliada de trabalhadores para debater uma estratégia de luta para enfrentar a crise e o programa de austeridade que a classe dominante está preparando. A COD pertence aos trabalhadores e não aos dirigentes circunstanciais que passam pelo cargo, não podemos permitir que nossa entidade seja usada como trampolim para oportunistas, burocratas e aspirantes a cargos.

VIVA A INDEPENDÊNCIA POLÍTICO-SINDICAL DOS TRABALHADORES!

Sucre, 11 de agosto de 2025

(Extraído do Jornal Massas, nº 2847, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

**A CONCEPÇÃO MATERIALISTA
DA QUESTÃO JUDAICA**

Abraham Leon

R\$ 30

Abraham Leon
**A CONCEPÇÃO
MATERIALISTA DA
QUESTÃO JUDAICA**

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

O confronto entre a estalinista Jeannette Jara e o miserável facho Jose Antonio Kast é luta política interburguesa

As pesquisas burguesas “assumem” que os candidatos com as melhores chances são esses dois. A porta-estandarte do partido dominante não poupa esforços para apresentar seu perfil para ocupar o alto posto do estado burguês, demonstrando assim uma atitude humilhante e servil que causa repugnância. Ela rasteja entre a direita formal, o fascismo e o chamado centro político, sendo que todos esses partidos participaram do brutal golpe militar que os chilenos tiveram que suportar e que resultou em 17 anos de ditadura. Foi essa ditadura que provocou o desaparecimento, a morte e a tortura. Os que escaparam do massacre foram condenados ao desemprego perpétuo, bastava ser acusado de ser esquerdista ou comunista para cair em desgraça. A atual candidata do stalinismo esqueceu seus camaradas operários mortos, oferecendo as mais amplas garantias à burguesia e seus partidos políticos.

O plenário da Democracia Cristã votou a favor da candidatura da porta-estandarte do Partido Comunista Chileno (PCC), seu presidente, Alberto Undurraga renunciou ao partido cumprindo sua promessa, cujo significado é o de ser um rasteiro estratégia para esconder que tolera seus adversários políticos da direita ou ultradireita e à ala pró-fascista da democracia cristã.

O PCC, enquanto este nome lhe der ganhos políticos, não o mudará, pois serve à burguesia como um enfeite que seus partidos entendem perfeitamente. Continuará como parceiro do regime político burguês, ou seja, um objeto de pouco valor que enfeita a democracia burguesa, mas que lhe serve, pois é seguido por militantes sem entendimento político, sem consciência de que classe pertencem, resultado da brutal despolitização de nosso povo.

Ativistas da ultradireita provocam confusão em pessoas que dizem que votariam na candidata Jara, com a fajuta ideia de que Cuba e Venezuela são comunistas e que neles reinam o caos e a pobreza. Não diferenciando o stalinismo cubano e o chavismo venezuelano, do socialismo científico marxista-leninista-trotskyista pelo qual nós, revolucionários conscientes, lutamos, para acabar com o capitalismo brutal e decadente.

Nos últimos trinta anos, o crescimento econômico foi em média de 4,9%. Na década de 1990, era em média 6,2%. Isso foi no início dos governos da Concertación por la Democracia, Aylwin e Frei Ruiz-Tagle, democratas-cristãos, que promoveram reformas estruturais para favorecer o investimento estrangeiro em conluio com o investimento nacional, o que aumentou o consumo privado da burguesia.

Do ano 2000 a 2010, a economia desacelerou, o crescimento se reduziu, foi uma época de flutuações. Nos governos “socialistas” de Lagos e Bachelet, baixaram-se medidas contra a classe operária, os estudantes e cidadãos em geral. Um exemplo foram os Créditos com Garantia do Estado para estudantes, o que deixou muitas famílias da classe média endividadadas, e as que conseguiam emprego pagando grande parte de seus salários aos bancos privados. Outro exemplo foram as concessões das estradas às empresas privadas favorecidas em todo o país.

Do ano 2010 à nossos dias, o crescimento se estreitou, determinado por fatores como queda do investimento, queda da produção – agindo diretamente contra a força de trabalho –, aumento do desemprego que faz com que a balança caia, devido à baixa demanda interna e externa. Na medida em que todos os governantes mantiveram a orientação de abertura do país ao mercado internacional, o Chile recebe os golpes brutais do sistema capitalista mundial em total decadência.

Na década anterior e início da atual se revezaram os governos de Piñera, Bachelet e Boric. Este último suscitou grandes expectativas no povo, resultando num fracasso, pois inserido no ordenamento capitalista decadente não pode sequer aliviar a vida dos mais miseráveis e dos trabalhadores em geral. A conversa-mole sempre repetida nos meios da burguesia de que recuperariam a segurança e os espaços públicos se traduz na experiência de novas injustiças, abusos, arrogância policial e dos guardas de “seguridade” municipais que, encapuzados, atropelam as moradias dos mais pobres para destruir suas precárias casas, incluindo a destruição de seus alimentos pisoteados por suas botas militares, acobertados pela impunidade, sem remorso e protegidos pelos governos municipais, em muitos casos sob comando de prefeitos da Frente Ampla, como está acontecendo em Viña del Mar. A retirada de desempregados e migrantes desempregados das ruas de Viña del Mar e Valparaíso, tornou as ruas vazias e sem vida. Muitos deles estavam tentando sobreviver vendendo o que podiam e os outros comprando a preços de acordo com seu orçamento e necessidades.

Na atual luta eleitoral prevalece a brutalidade. A candidata do partido ultradireitista UDI, Evelyn Matthei concentra sua disputa contra o fascista José A. Kast, do “Partido Republicano”, mas ambos são primos em primeiro grau e herdeiros da ditadura militar de Pinochet. Matthei acusa o republicano de realizar uma “campanha esquerosa” contra ela, apoiada pelo presidente do direitista Partido para a Democracia PPD, um remanescente do Partido Socialista de Allende, que hoje se autodenomina Socialismo Democrático. Todos os representantes são “correias do mesmo couro”, ou seja, eternos defensores do sistema capitalista decadente na etapa imperialista.

O PCC abandonou o nefasto programa do stalinismo com sua revolução por etapas, criando o socialismo em um só país, através das Frentes Populares, um programa contrarrevolucionário que perpetuou a sociedade capitalista sob a hegemonia do imperialismo, prejudica os povos e mantém a opressão e a miséria no mundo em sua etapa imperialista terminal.

Os partidos da burguesia continuarão a nos oferecer morte, genocídio e miséria. Somente a classe operária, em sua luta contra seu inimigo mortal, será capaz de nos tirar do pântano pestilento do capitalismo. Os mal denominados partidos comunistas que existem no mundo hoje, preservam e mantêm o capitalismo em nível internacional. É necessário reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que centralize os Partidos Operários em cada nação, estruturados sob a direção da classe operária, partidos que reúnam a vanguarda da nossa classe, sob o Internacionalismo Proletário.

Viva o internacionalismo proletário!

Viva a luta libertadora do operário nacional e internacional, contra o domínio capitalista apoiado pelos traidores de nossa classe.

Colaborem na construção de partidos operários em cada país, consolidemos nossa luta contra nosso inimigo cruel e desumano, a burguesia nacional e a burguesia imperialista, único caminho para a liberdade, estabelecendo a democracia proletária.

Proletariado e miseráveis nas novas eleições burguesas, o dever de todo oprimido é anular o voto, não devemos endossar as disputas entre os representantes da burguesia com nosso voto, ele só serve para manter um sistema corrupto e decadente que a burguesia mantém contra a classe operária, os trabalhadores e toda a nação.



**do Partido
Operário
Revolucionário**



**1989
2025**

Notas sobre os 36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

No Jornal Massas 743, iniciamos a exposição histórica sobre os 36 anos do POR e reproduzimos o documento “O que é o POR”, que sintetiza os fundamentos programáticos iniciais da fundação do partido em 1 de julho de 1989. No Jornal Massas 744, expusemos uma trajetória do partido apresentando os Congressos e Conferências. No Massas 745, reproduzimos algumas formulações programáticas que marcaram o desenvolvimento do partido. Agora, trataremos em linhas gerais do II Congresso realizado em 1 e 2 de junho de 1991.

Esse Congresso ocorreu nas condições difíceis do conflito do governo do estado de São Paulo com o movimento dos sem-teto de Diadema, apesar do prefeito ser do PT. A desocupação policial da Vila Socialista resultou em mortes e prisões. Manoel Boni esteve à frente da organização da ocupação do terreno por centenas de famílias, por isso, a polícia o tinha como alvo principal. Na desocupação, Boni organizou a resistência dos sem-teto, perdeu uma das mãos com a explosão de uma bomba lançada pelos policiais, foi preso e mantido por um bom tempo à margem da continuidade da luta. Manoel Boni, um operário metalúrgico, passou pela experiência do PT, evoluiu para posições revolucionárias, tornou-se militante da Causa Operária (PCO), rompeu com a política de sua direção de

adaptação ao PT e esteve à frente nas ações voltadas a construir o Partido Operário Revolucionário (POR).

O II Congresso teve de ser adiado devido aos acontecimentos dramáticos da Vila Socialista e à prisão de Boni. Os documentos aprovados foram escritos em momentos diferentes, mas guardam a unidade programática, de linha política e de método da construção coletiva do partido marxista-leninista. Foi muito importante a aproximação de Boni ao trotskismo. Acabou, finalmente, divergindo no interior do POR quanto à questão da luta pela moradia e rompeu com o POR ainda em processo inicial de construção. Mas o POR o reconhece como um de seus principais iniciadores. Em junho de 1991, se manifestava a crise do governo Collor, primeiro presidente eleito após o fim da ditadura militar, e a ascensão do PT, sob a projeção do caudilho Lula. A crise mundial se identificava pela ofensiva do imperialismo norte-americano e europeu no sentido de liquidar as conquistas da Revolução Russa. Os movimentos restauracionistas no Leste Europeu e na Alemanha Oriental confluíam com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1991. A China dava passos largos de seu programa de restauração capitalista. No Brasil, o governo Collor

impunha contrarreformas antinacionais e antipopulares. Mas, deparava-se com as tendências desintegradoras da crise econômica e com a agudização da luta de classes. Entre os dias 22 e 23 de maio de 1991, realizou-se a primeira greve geral nos marcos da “Nova República”. A classe operária vinha em uma crescente batalha pelos empregos, salários e contra as medidas antipopulares do governo Sarney e do governo Collor.

Como se vê, o II Congresso do POR se realizou pouco depois do fim da greve geral. Ainda sob os reflexos dos trágicos acontecimentos da Vila Socialista, dezembro de 1990, e do calor da greve geral, maio de 1991, o Congresso aprovou documentos que marcam profundamente o esforço da militância em se constituir como partido-programa. É importante assinalar que Guillermo Lora, dirigente do POR da Bolívia, esteve no Brasil em setembro de 1990, momento em que ainda se preparava a ocupação do terreno por centenas de famílias. O que despertou maior atenção à necessidade de elaborar a linha programática e vinculá-la aos instintos de revolta da classe operária e dos demais explorados. As Resoluções são ricas em acontecimentos e detalhes políticos. Vamos, no entanto, transcrever algumas passagens da situação mundial e nacional.

Sobre a situação internacional

“Avança a crise mundial”

“Um dos fatores centrais da situação internacional é a revolução das tendências recessivas, que encontram sua maior expressão na deterioração econômica dos Estados Unidos. A crise norte-americana indica ser mais do que um processo localizado”. (...) “A desagregação econômica, depois de sete anos de crescimento especulativo, responde à crise mais geral de esgotamento de mercado internacional”. (...)

“O período de aparente pacifismo e integração entre as poucas nações opressoras que dominam a economia mundial cedeu lugar a uma guerra comercial aberta. Se não podemos prever com exatidão o ritmo de seu desenvolvimento, sua escalada certamente

será ascendente. Numa situação de aumento selvagem da competitividade internacional impulsionada pela extraordinária capacidade produtiva dos monopólios, cresce o protecionismo. As forças produtivas internacionalizadas, sob o controle do imperialismo e sob a forma de opressão nacional das semicolônias, esbarram nas fronteiras nacionais das metrópoles imperialistas e forçam passagem sobre as dos países semicoloniais e do Leste Europeu”. (...)

“Faz parte desse quadro, a abertura pró-capitalista da perestroika russa. Em termos da crise capitalista mundial, a capitulação da burocracia russa e seus congêneres é fundamental para um respiro transitório do grande capital. O sacrifício dos meios de produção estatizados e a perda da soberania nacional, mesmo que há muito abalada pela decomposição estalinista do Estado operário, bem como a abertura de novos mercados e

a sujeição das massas à exploração burguesa, são fundamentais para descarregar o choque interimperialista, o que depende da derrota do proletariado. A impossibilidade da revolução política na Rússia, que desbanque a burocracia traidora e desenvolva o internacionalismo proletário, favorece o imperialismo que necessita de campo para suas manobras". (...)

"O Plano Bush, 'Iniciativa para as Américas', tem longo alcance estratégico, porque se insere na luta interimperialista protecionista". (...) A crise do imperialismo arrasta para o precipício as semicolônias, que recebem o maior impacto da quebra das forças produtivas e do desemprego". (...) "O programa de 'Unificação do Canadá à Patagônia' se insere na luta interimperialista de formação de blocos, que subjugarão ainda mais os povos oprimidos". (...)

"O desmoronamento do estalinismo e a identificação dos PCs com a sustentação do capitalismo dão início a uma nova situação internacional para a construção da independência de classe do proletariado". (...) "Para se confrontar com o imperialismo centralizado, é decisiva a organização internacional do proletariado, que pressupõe a tarefa de pôr em pé a IV Internacional, isto é, o Partido Mundial da Revolução Socialista".

Manifestação da crise no Brasil

"A política pró-imperialista do governo Collor é um sintoma das violentas pressões das metrópoles, justamente no sentido de retroagir as forças produtivas, desvalorizar os ativos nacionais e permitir mais controle do capital financeiro internacional". (...)

"O Plano Collor debilita o Estado semicolonial e abre caminho para posterior recrudescimento da crise de regime. Isso por que o coloca como alavanca da crise imperialista em detrimento da economia nacional atrasada. As desestatizações cumprem a função básica de retirar o poder de intervenção estatal na economia, que como tal interfere decisivamente na dinâmica das forças produtivas". (...)

"Os efeitos recessivos do Plano Collor estão somente na primeira fase". (...) "Não está descartada a rápida deterioração do governo Collor e a retomada dos patamares anteriores da crise de regime, refletida no descontrole do governo Sarney". (...)

"Em certo sentido, a votação que Lula recebeu nas presidenciais, e, agora, o montante inesperado de votos nulos, brancos e abstenções para governador e legislativo expressam a decomposição política da burguesia". (...) "A instabilidade do governo e a decadência do regime político se espelham na impossibilidade de resolver a crise política pela democrática e assim fortalecer o regime democrático-burguês". (...)

"A estratégia pró-imperialista de Collor agrava as contradições interburguesas e a crise social, o que alimenta a confusão nas fileiras da burguesia e golpeia a possibilidade de unidade do capital em torno do Estado". (...)

"O PT assumiu a forma mais acabada do reformismo, ao se estruturar em torno da estratégia do governo democrático-popular e do programa de reforma capitalista, e ao condenar a estratégia da revolução proletária". (...) "Por aglutinar em

36 anos do POR do Brasil

torno de si um contingente de líderes sindicais, profundamente burocratizados pela política reformista, exerce um papel de freio ao desenvolvimento das lutas e da independência de classe do proletariado. Os sindicatos e a CUT, sob sua orientação, têm servido de base de apoio para a estratégia de democratização do Estado e fortalecimento das instituições burguesas". (...)

"A denúncia do reformismo e o combate sem trégua a sua política de colaboração de classe é de ordem estratégica, justamente o que não reconhece e não faz a esquerda centrista, que se limita a criticá-lo pontualmente nesta ou naquela questão tática. O fundamental é que a linha do governo democrático-popular e do democrático-pacifismo implanta no interior dos organismos das massas e do movimento operário a estratégia que conduz ao governo burguês de Unidade Nacional, historicamente defendido pelo nacionalismo burguês (...) e pelo estalinismo". (...)

"A expulsão de Causa Operária, que chegou a aceitar as condições do Regimento Interno das Tendências, e a ameaça de expulsão da Convergência Socialista, que não passa da ala esquerda democratizante, indicam a direitação do partido, a sua total burocratização e a correção do POR em denunciar a traição da direção petista ao proletariado, defendendo a estratégia da ditadura do proletariado e o caráter leninista do partido". (...)

"No Brasil, a construção do partido revolucionário internacionalista passa e passará pelos acontecimentos protagonizados pelo PT reformista. A T.POR militava no interior desse partido para se aproximar, com sua política proletária, da vanguarda e das massas, que ainda guardam ilusão democrática. Também para disputar o terreno com as correntes centristas, lutando com o Programa de Transição na defesa do partido leninista. Porém, foi obrigada a romper definitivamente com o PT, para não capitular frente à exigência de abandonar a crítica estratégica ao governo democrático-popular e a defesa do programa da revolução e ditadura proletárias".

(As citações foram extraídas do Livro "20 anos Construindo o Programa", 2 de julho de 2009)

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

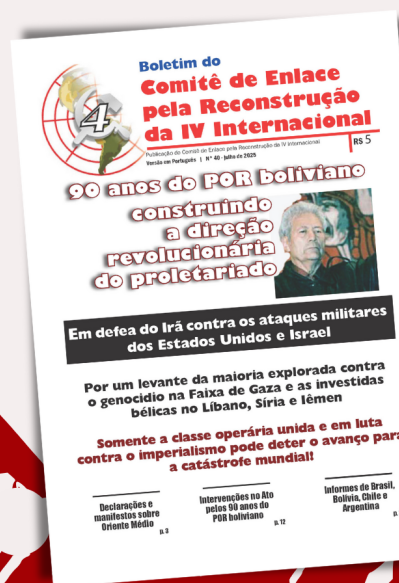
A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



BOLETIM
CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Versão em Português
Nº 40 | JULHO DE 2025

Adquira o Boletim
CERQUI e/ou outros
materiais com um dos
nossos militantes ou
pelas nossas redes:

R\$5

(11) 9 5446-2020

massas.por

massas.org

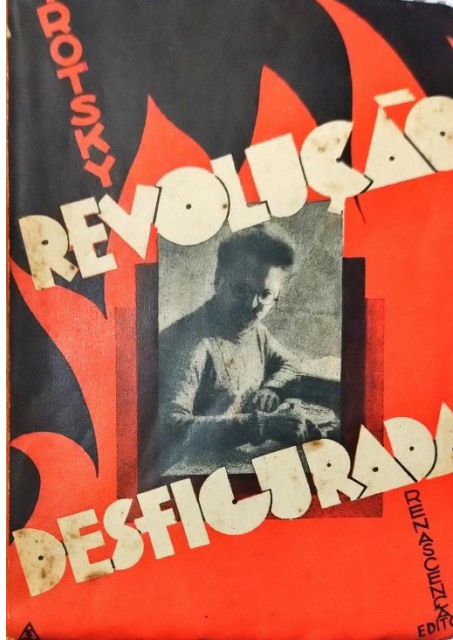
por@pormassas.org

Notas sobre uma edição brasileira antiga da obra “A Revolução Desfigurada”, de Leon Trotsky

Os textos clássicos constituem uma ferramenta importante na militância. Os quadros têm de lidar com problemas práticos, como o acesso aos livros, as traduções, o tempo para ler e escrever, entre outros. Divulgar o pensamento dos grandes revolucionários exige conhecê-lo profundamente. Nesse sentido, é comum que militantes procurem e adquiram livros sobre os temas que a luta política vai impondo. Nesse processo, a militância acaba se deparando com livros que possuem uma história em si relevante. Há edições que carregam uma trajetória e conhecê-las permite avançar no entendimento do pensamento de seu autor, de seus divulgadores, do contexto em que a obra é publicada e assim por diante.

É o caso da edição em português de “A Revolução Desfigurada”, publicada em 1933, no Rio de Janeiro, pela Editora Renascença, com tradução assinada por Wenceslau Azambuja. Tem particular importância por revelar o grau de organização dos primeiros trotskistas brasileiros. É relevante o fato de que, mesmo tão próximo da publicação do livro na Europa, tenha sido possível divulgá-lo nas livrarias brasileiras. Depreende-se um potencial considerável de propaganda, em que pese as dificuldades inerentes, tanto políticas (falta de tradição, isolamento e perseguição tanto por parte da burguesia como dos estalinistas) como técnicas (falta de interesse das grandes editoras, custos elevados etc.).

Tudo indica que foi uma edição preparada/organizada por Mário Pedrosa, o qual foi militante do PCB, rompeu com o estalinismo e foi um dos fundadores do trotskismo brasileiro. Ainda dentro do PCB, foi enviado à URSS para uma formação política. Na Europa, entrou em contato com a Oposição de Esquerda, principalmente por intermédio de Pierre Naville – o qual também havia rompido com o PC francês estalinizado. Acabou desistindo de viajar a



Moscou. Desde o Velho Continente, já se comunicava com alguns companheiros por carta, demonstrando sua insatisfação com a política da Internacional Comunista (IC) dominada por Stalin.

Pedrosa, que havia retornado ao Brasil em agosto de 1929, contou com a tradução feita por Wenceslau Escobar Azambuja, que era advogado, e fez parte do grupo inicial do trotskismo em nosso país, ao lado de Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, José Neves e Octaviano du Pin Galvão – pouco depois vieram Aristides Lobo e outros. Esses dissidentes do PCB formaram o Grupo Comunista Lênin (GCL), que teve uma curta existência, publicando o periódico A Luta de Classe. Sucederam ao GCL a Liga Comunista, depois a Liga Comunista Internacionalista, o

POL (Partido Operário Leninista) e, por fim, o PSR (Partido Socialista Revolucionário).

Vale lembrar que a IC estava sob a égide da linha, definida no VI Congresso da IC (ocorrido em 1928), que colocava um sinal de igualdade entre a socialdemocracia e o fascismo, e que ficou conhecida como “terceiro período”. De acordo com os estalinistas, o “primeiro período” tinha sido o revolucionário, o da Revolução Russa; o “segundo período”, de prosperidade capitalista nos anos 1920; e o “terceiro período” seria o da “crise final e definitiva do capitalismo”, quando a revolução estaria na ordem do dia em toda parte.

Diante da política desastrosa do estalinismo, que favoreceu a ascensão de Hitler (o qual assume o cargo de chanceler em janeiro de 33), Trotsky abandona a linha de reforma da IC e proclama, em uma Conferência ocorrida em agosto de 1933, a luta pela construção da Quarta Internacional. Os núcleos originais do trotskismo latino-americano são forjados nesse caldeirão dos anos 1930. Além

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

do combate à burocratização, comparece o problema do ultraesquerdismo do “terceiro período”.

Na verdade, a luta oposicionista de Trotsky iniciara-se antes, em 1923, diante do fenômeno da burocratização do partido e do Estado Operário. Em novembro de 1927, é expulso do CC e do Partido e suas teses são derrotadas no XV Congresso do PCUS em dezembro. No final de janeiro de 1928, é exilado em Alma-Ata (no Cazaquistão), marcando o início de sua longa perseguição, passando pela Turquia, França, Noruega e México, onde é assassinado, em 1940.

A Revolução Desfigurada abarca artigos escritos entre 1927 e o final de 1928 – o prólogo, escrito pelo autor, é datado de maio de 1929. A obra nasceu em meio à intensa luta entre sua Oposição de Esquerda (bolchevique-leninista) e o aparato estalinista. Trotsky pretendia desmentir as calúnias e acusações fabricadas contra ele e demonstrar como a historiografia oficial soviética vinha falsificando os eventos da Revolução de Outubro e seus desdobramentos.

Tendo chegado às mãos de simpatizantes e críticos da URSS, o livro provocou grande repercussão, sobretudo por expor os bastidores da disputa interna e as deformações promovidas pelo aparato soviético oficial. Embora não tenha detido o avanço da burocracia, tornou-se peça fundamental da literatura trotskista, contribuindo para a formação de uma vanguarda que se opunha à traição dos ideais da Revolução de Outubro.

Trotsky, que foi um dos principais dirigentes da Revolução de Outubro e líder do Exército Vermelho, via seu papel e o de outros revolucionários sendo sistematicamente apagados ou distorcidos. Ele se dedica a restaurar a verdade dos fatos, lembrando o papel dos indivíduos e das decisões que realmente determinaram o rumo da revolução, em contraste com a versão que colocava Stalin no centro de todos os eventos. A “Carta ao Instituto Histórico do Partido”, um capítulo proeminente, ilustra essa luta pela justa apreciação do processo revolucionário naquele país.

A “desfiguração” da revolução não era apenas uma questão de falsificação histórica, mas a traição do programa e das ideias originais de democracia operária, fim da sociedade de classes e internacionalismo, que estiveram na

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SONENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA, PODE FAZER FRENTE À ESCALADA BÉLICA E À GUERRA DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA.

base do bolchevismo, transformando o partido e o Estado Operário em instrumentos de controle de uma nova casta privilegiada, em vez de serem órgãos do poder proletário. Trotsky argumenta que essa burocracia havia se tornado uma força contrarrevolucionária interna, sufocando a crítica, a liberdade de pensamento e a participação das massas.

Essa degeneração estava ligada à doutrina do “socialismo em um só país”, promovida por Stalin. Trotsky contrapunha essa ideia à teoria da revolução permanente, defendendo que a sobrevivência do socialismo na URSS dependia da expansão da revolução a nível internacional. Para ele, o isolamento nacionalista do socialismo levaria inevitavelmente à sua degeneração.

Embora ainda não formulasse a tese completa do “Estado Operário degenerado” (que seria mais desenvolvida em “A Revolução Traída”, de 1936), “A Revolução Desfigurada” já esboça a ideia de que, apesar de a propriedade dos meios de produção ainda ser estatal, o caráter proletário do Estado estava sendo deformado pelo poder da burocracia. O poder, que deveria pertencer aos soviets (conselhos), estava sendo usurpado por um aparato autoritário.

Em suma, “A Revolução Desfigurada” é uma obra-chave para entender o início da oposição de Trotsky ao stalinismo. É um grito de alerta contra a deturpação da memória revolucionária e uma análise precoce dos mecanismos pelos quais uma revolução pode ser corroída internamente por forças burocráticas, mesmo mantendo suas formas externas. Ela estabelece as bases para a crítica mais aprofundada que Trotsky desenvolveria posteriormente sobre a natureza da União Soviética.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 743, iniciamos o estudo sobre a Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. No Massas seguinte, expusemos os capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. No Massas 745, demos continuidade com o capítulo V “A indústria do Estado e a edificação do socialismo”. Agora, faremos a exposição do capítulo VI “Os Sovietes”.

“Os Sovietes”

Os soviets (conselhos) constituídos na Revolução de 1905 e reconstituídos na Revolução de Fevereiro de 1917, projetando-se como órgão de poder do proletariado na Revolução de Outubro de 1917. Em abril desse ano, Lênin orientou o Partido Bolchevique a levantar a bandeira de “Todo Poder aos Sovietes”. Trata-se de uma organização genuinamente nascida da luta de classes do proletariado contra o poder do Estado da burguesia. Em 1905, nasceu combatendo a monarquia czarista. A derrota do levante democrático pelo fim da dominação da nobreza imperial e do sistema decadente semifeudal concluiu com a dissolução dos soviets. No entanto, por se tratar de uma derrota provisória, assim que a classe operária recuperou a disposição de luta retomou a organização soviética que esteve na base da Revolução democrática burguesa de Fevereiro de 1917.

Os sete meses que antecederam a tomada do poder pelo proletariado em Outubro foram de intensos conflitos com o governo provisório burguês. Os soviets assumiram a forma de duplo poder. No momento em que os partidos pequeno-burgueses, principalmente os mencheviques, comprometidos com o regime burguês de Fevereiro, perderam sua direção para os bolcheviques, tornaram-se possíveis a insurreição armada e a constituição de um governo operário-camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Esse processo histórico colocou a organização soviética como fator essencial do Estado operário e do processo de transição do capitalismo ao socialismo. Esse fundamento passou a ser uma questão programática que se recolocou diante do funcionamento do Estado operário e das transformações econômicas. A burocratização da máquina estatal e a orientação econômica do governo encabeçado por Stalin colocaram em marcha a deformação e a anulação da organização soviética. O que expressava o conteúdo de classe das relações políticas impressas por Stalin após a morte de Lênin em 1924.

Trotsky e os aliados da Oposição de Esquerda analisaram e passaram a combater as deformações da ditadura do proletariado provenientes da burocratização que se despontava. A democracia soviética estava na base do governo operário e camponês e, portanto, da ditadura do proletariado.

Eis a formulação que introduz o capítulo VI “Os Sovietes”: “O aparato burocrático de todo Estado burguês, qualquer que seja sua forma, se eleva por cima da população, solidificando seu governo mediante o cultivo de uma lealdade mútua na classe governante e a propagação sistemática entre as massas do medo e da submissão aos governantes. A Revolução de Outubro, ao substituir a antiga maquinaria do Estado pelos Sovietes de operários, camponeses e soldados, desfechou o golpe mais duro que conhece a história no velho ídolo do Estado burocrático”.

Tendo por base esse fundamento que distingue o Estado burguês do Estado operário, o programa do bolchevismo havia estabelecido que todos os membros dos soviets tinham de cumprir uma tarefa claramente estabelecida na administração do Estado; que haveria rotatividade nas funções de forma que gradualmente cada um de seus membros pudesse fazer parte da administração; e que haveria uma aproximação gradual dos trabalhadores à administração do Estado. As funções administrativas deveriam ser simplificadas e elevado o nível cultural dos operários, voltados a aniquilar o poder do Estado. Essa era a experiência deixada pela Comuna de Paris.

Como se vê, a tarefa do Estado operário era de aproximar as bases operárias cada vez mais de sua administração e seu funcionamento. A burocracia estatal organizada pelo estalinismo impunha um caminho contrário ao estabelecido no programa do Partido Comunista Russo. A conclusão da Oposição de Esquerda é a de que a “questão do burocratismo soviético não é uma mera questão de formalismos e de inchaço dos

quadros de funcionários. No fundo, é uma questão do papel de classe desempenhado por burocratas, de seus laços e simpatias sociais, de seu poder e de sua posição privilegiada, de sua relação com o nepman e o operário não especializado, com a intelectualidade e os homens incultos. (...) De que lado fica o funcionário? Essa é a questão fundamental que diariamente se observa na experiência da vida de milhões de trabalhadores”. Era preciso reconhecer que “sob o contínuo desenvolvimento relativo da nova burguesia e do kulac e sua aproximação da burocracia, sob a falsa orientação de nossos dirigentes em geral, o kulac e o nepman, ainda que privados de direitos eleitorais, continuam sendo capazes de influenciar o pessoal administrativo e a política ainda que menos nos órgãos inferiores dos soviets, ainda que permaneçam nos bastidores”.

Havia que clarear o conteúdo de classe da divergência entre a Oposição de Esquerda e o governo estalinizado. O fato dos soviets urbanos terem perdido importância real expunha “uma mudança inquestionável na correlação das forças de classe desvantajosa para o proletariado”. O enfrentamento a essa tendência burocrática, que favorecia a nova burguesia, implicava o combate “com uma firme política de classe, com uma oposição inflexível aos novos exploradores, com um aumento da atividade e da influência do proletariado em todas as instituições e em todos os órgãos do Estado soviético, sem exceção”. Era imperativo modificar a vida interna dos soviets, que “intervinham cada vez menos nas decisões das questões políticas, econômicas e culturais fundamentais”.

A Plataforma da Oposição de Esquerda apresenta as seguintes respostas: “1) adotar uma firme política de

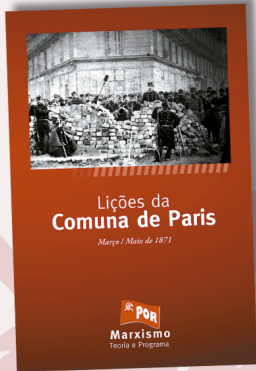
luta contra o funcionarismo (...)” voltada a “um sólido desenvolvimento da democracia proletária no partido, nos sindicatos e nos soviets; 2) adotar a consigna de colocar o operário, o assalariado, o campesinato pobre e médio, e não o kulac, em estreito contato com o Estado e estabelecer a subordinação incondicional do aparato do Estado aos interesses essenciais das massas trabalhadoras; 3) como base para o reanimamento dos soviets, elevar a atividade da classe operária, dos piões agrícolas e dos camponeses pobres e médios; 4) transformar os soviets urbanos em órgãos reais do poder proletário e em instrumentos para a introdução das grandes massas de operários à tarefa da administração da obra socialista: realizar, não em palavras, mas sim em fatos, o controle dos soviets da cidade sobre os comitês executivos provinciais e os órgãos sujeitos a esses comitês; 5) colocar fim definitivamente à destituição de funcionários eleitos no soviete, salvo em caso de necessidade absoluta e real, a qual deve dar aos eleitores o conhecimento das causas; 6) fazer com que o operário mais atrasado e a camponesa mais ignorante se convençam pela experiência de que em qualquer instituição do Estado encontrarão atenção, conselho e toda a ajuda possível”.

Nesse ponto da Plataforma, se verifica o quanto é importante o conteúdo de classe da democracia proletária e o seu exercício para a edificação da economia e do Estado soviético. .



154 ANOS DA COMUNA DE PARIS

CONHEÇA NOSSO LIVRO



LIÇÕES DA COMUNA DE PARIS

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições, derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

Entre em contato para adquirir

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições, derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

 pormassas.org

 [massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)

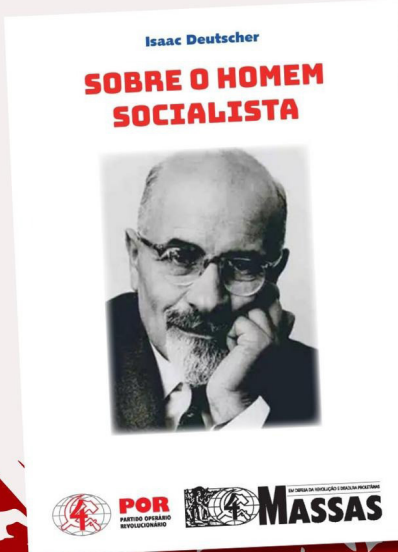
 (11) 9 5446-2020

LANÇAMENTO

FOLHETO



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



Isaac Deutscher

SOBRE O HOMEM SOCIALISTA

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

 **MASSAS**